



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE JORNALISMO

LUCAS LIMA SOUZA

**JORNALISMO EM EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA COBERTURA
DO FUNDEB PELO JORNAL FOLHA DE S. PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como exigência parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Comunicação, Habilitação
Jornalismo, pela Universidade Federal de Sergipe,
sob a orientação da Profª Drª Sonia Aguiar Lopes.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2023

LUCAS LIMA SOUZA

**JORNALISMO EM EDUCAÇÃO: ANÁLISE DA COBERTURA
DO FUNDEB PELO JORNAL FOLHA DE S. PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel
em Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe,
submetida à aprovação da banca examinadora
composta pelos seguintes membros:

Prof^a Dr^a Sonia Aguiar Lopes
(orientadora)

Prof^a. Dr^a. Liliane do Nascimento Santos Feitoza
(1^a Examinadora)

Jornalista Gleice Ane Queiroz, Mestranda do PPGCOM-UFS
(2^a Examinadora)

São Cristóvão, 09/05/2023

RESUMO

Este trabalho busca compreender a lógica por trás da cobertura de educação do jornal Folha de S. Paulo, a partir da análise de conteúdo das matérias relacionadas ao Fundeb – Fundo para o Desenvolvimento da Educação Básica publicadas em 2020, ano em que a renovação do Fundo mobilizou o debate público devido à aproximação do seu vencimento e ao impacto educacional da Covid-19, com novos desafios. Assim, este trabalho observa a prática do jornalismo especializado em educação a partir desse instrumento fundamental para o financiamento da educação pública no país, considerando o persistente histórico falho e impreciso dessa especialização noticiosa. A análise permitiu concluir que apesar do pioneirismo do jornal na consolidação de uma editoria específica para tratar o campo, com jornalistas reconhecidos nessa especialização, a cobertura da Folha concentra sua atenção nos acontecimentos em Brasília e trata a área com superficialidade, negligenciando os problemas reais da educação brasileira no contexto dos entes federativos.

Palavras-chaves: jornalismo especializado; editoria de educação; cobertura do Fundeb; Folha de S. Paulo

ABSTRACT

This work seeks to understand the logic behind the education coverage of the newspaper Folha de S. Paulo, through the analysis of the content of articles related to Fundeb - Fund for the Development of Basic Education published in 2020, the year in which the renewal of the Fund mobilized public debate due to its expiration and the educational impact of Covid-19, with new challenges. Thus, this work observes the practice of specialized education journalism based on this fundamental instrument for public education financing in the country, considering the persistent flawed and inaccurate historical record of this news specialization. The analysis led to the conclusion that despite the newspaper's pioneering role in consolidating a specific editorial section to cover the field, with recognized journalists in this specialization, Folha's coverage focuses its attention on events in Brasília and treats the area superficially, neglecting the real problems of Brazilian education in the context of the federal entities.

Keywords: specialized journalism; education editorial; fund for financing education; Brazilian education coverage

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Composição orçamentária do novo Fundeb.....	25
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Temáticas em discussão na cobertura do novo Fundeb pelo jornal Folha de S. Paulo em 2020	31
Gráfico 2 – Agrupamento editorial das matérias coletadas sobre o Fundeb	34
Gráfico 3 – Autores das matérias coletadas sobre o Fundeb	35
Gráfico 4.1 – Fontes contempladas pelo jornal Folha de S. Paulo nas matérias sobre o novo Fundeb	39
Gráfico 4.2 – Fontes especializadas contempladas pelo jornal Folha de S. Paulo nas matérias sobre o novo Fundeb	40
Gráfico 5 - Localidade das fontes	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDI - Agência Nacional dos Direitos da Infância

Jeduca - Associação dos Jornalistas de Educação

MEC - Ministério da Educação

Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

BID - Banco Internacional de Desenvolvimento

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

IFI - Instituição Fiscal Independente

CNM - Confederação Nacional de Municípios

Consed - Conselho Nacional de Secretários de Educação

CNDE - Campanha Nacional pelo Direito à Educação

TPE - Todos Pela Educação

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. JORNALISMO E EDUCAÇÃO.....	12
2.1 Relevância da educação no jornalismo	13
2.2 Jornalismo especializado em educação.....	15
2.3 A educação na Folha de S.Paulo	18
3. O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL	20
3.1 Do Fundef ao Fundeb.....	21
3.2 O novo Fundeb.....	22
4. ESTUDO DE CASO: A COBERTURA DO “NOVO FUNDEB” PELA FOLHA DE S.PAULO	27
4.1 Procedimentos metodológicos	28
4.2 Seções temáticas	30
4.3 Análise sobre agrupamento editorial	33
4.4 Análise sobre autores	35
4.5 Análise sobre fontes e suas localidades	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51
APÊNDICE A.....	55
APÊNDICE B.....	59

1. INTRODUÇÃO

Uma das grandes motivações para a realização deste trabalho vem da observação dos desleixos do jornalismo em relação à produção noticiosa sobre a temática educação no país. Os grandes jornais historicamente apresentam um desinteresse pela cobertura crítica da educação, baseando-se em dois discursos: o oficial, que confere ao poder público o papel de anunciar medidas ou mudanças estruturais na pasta ou no cenário educacional, sem contrapontos e aprofundamentos; e o discurso sobre esforços isolados de atos voluntários ou de iniciativas de ONGs que se esforçam para amenizar as lacunas na educação pública (PEREIRA, 2009). Dessa forma, há uma tendência de tratamento diferenciado a determinados tópicos da área de educação, que para Senne (2009) nem sempre acompanham as demandas prioritárias da sociedade – o que ele enxerga como um ‘tratamento inadequado’.

Em entrevista a Pereira (2009), o jornalista Gilberto Dimenstein avaliou que “a educação não faz e nunca fez parte das prioridades da nação, ou seja, nunca fez parte da agenda nacional como no caso de outros países que priorizam a qualidade do ensino”. Entretanto, devido ao fato de a educação ter sido incorporada pela Constituição Federal de 1988 como um direito básico, que deve ser garantido pelo Estado brasileiro, Pereira (2009) aponta que o tema educacional ganhou relevância no debate público, alcançando um consenso coletivo quanto à necessidade de aprimoramento da qualidade do ensino e de investimentos na realização de políticas públicas para o segmento.

Dessa forma, entende-se que essa concordância social atribui valor-notícia à temática, costurando um critério de relevância para que o tema ganhe cada vez mais espaços nos veículos de imprensa. Além disso, outro disparador para realização deste trabalho está relacionado a escolhas profissionais do autor, em congruência com o campo da educação. Essa aproximação, dada por meio da prática de estágio, possibilitou um contato aprofundado com o Fundeb e seu mecanismo de financiamento da educação pública dentro de uma escala local-regional.

Considerando a relevância do tema, assim como a inevitável discussão sobre a renovação do Fundo – que afetou todas as esferas espaciais do Brasil, como o nível federal, estadual e municipal –, o autor deste trabalho sentiu-se motivado a analisar a extensão da discussão em torno do Fundo no meio jornalístico. O objetivo primordial foi o de observar se a cobertura noticiosa contempla os debates necessários para se pensar a educação brasileira de forma plural e objetiva, visando à sua qualidade.

A partir dessa proposta analítica, este trabalho se propõe a identificar a dinâmica da cobertura de educação de um dos jornais mais renomados do país, a Folha de S. Paulo, por meio de um estudo de caso sobre a cobertura da renovação do Fundeb, entre dezembro de 2019

e dezembro de 2020, a fim de compreender sua lógica editorial, abordagens, desdobramentos espaciais e atores privilegiados, com seus respectivos posicionamentos. A escolha do veículo foi baseada no seu princípio editorial da pluralidade e no compromisso tradicional que o jornal assume com a área da educação, sendo um dos pioneiros no país a adotar uma editoria específica para cobrir o campo, mantendo-a ativa até os dias atuais.

A delimitação temporal deste recorte considera o período em que a discussão sobre o tema esteve em maior efervescência no campo político brasileiro, ocasionando na votação do Fundeb nas duas casas do Legislativo (Câmara e Senado). Além disso, nesse período que o mundo foi atingido pela pandemia de Covid-19, impactando diretamente na reorganização e financiamento da educação no país. Resumindo, esta monografia tem como objetivos específicos: a) identificar as fontes de informação privilegiadas pela Folha na cobertura do Fundeb; b) relacionar essa escolha das fontes às questões da educação brasileira que o jornal considera mais relevantes; c) verificar se essa cobertura investigada contempla ou não o princípio de pluralidade pregado pela Folha em seu projeto editorial.

Nesse sentido, para compreender as lógicas de funcionamento por trás da cobertura jornalística no campo da educação, o capítulo inicial (capítulo dois) deste trabalho busca apresentar o encontro do jornalismo com o tema da educação, explorando a relevância que a área tem assumido na cobertura noticiosa dos veículos jornalísticos. Para isso, faz-se necessário entender a conceituação de relevância jornalística e a funcionalidade dos critérios adotados para a produção de notícias que envolvem educação. Nesse percurso, vê-se a importância de destacar a organização da editoria de educação da Folha de S. Paulo, sua postura diante do tema e os jornalistas que se destacam nessa prática noticiosa especializada.

Com o intuito de contextualizar o financiamento da educação básica no Brasil, o terceiro capítulo apresenta o histórico de como este se configura desde a redemocratização do país. Para isso, salienta o surgimento do Fundef, primeira política pública destinada ao assunto, pontuando o funcionamento problemático dessa medida e as possíveis causas que resultaram na sua descontinuidade após expiração do prazo de vencimento em 2006. Com o objetivo de substituir e aperfeiçoar problemas do seu antecessor, o Fundeb surge em 2007 para cobrir lacunas que o Fundef não conseguiu preencher. Dada a importância que a medida ocupa para educação brasileira, com a iminência do seu vencimento em 2020, iniciou a discussão no Legislativo brasileiro para renovar a política pública com as alterações necessárias para suprir gargalos financeiros que o Fundeb temporário não conseguiu enfrentar.

Elucidado os referenciais teórico e contextual que sustentam este trabalho, o quarto capítulo destina-se a imergir na observação analítica proposta nos objetivos deste trabalho.

Desse modo, é feita a análise de conteúdo sobre as matérias relacionadas ao Fundeb a partir de dezembro de 2019 a dezembro de 2020, focada em variáveis como o enquadramento editorial das matérias, os subtemas destacados ao longo da cobertura, as fontes ouvidas e os autores das matérias.

2. JORNALISMO E EDUCAÇÃO

Este capítulo busca situar o campo da educação no contexto do jornalismo brasileiro pós-redemocratização do país, visando notar as aproximações entre as duas áreas e discutir tanto o papel de relevância que a educação assume na sociedade brasileira quanto a inserção dessa temática no cotidiano do jornalismo. Para isso, primeiramente, é preciso compreender que a educação não é apenas a representação de um valor social, mas também um bem constitucional. A educação é um direito social que visa promover o desenvolvimento do indivíduo para desempenhar sua plena cidadania e que deve ser garantido pelo Estado, em colaboração com a sociedade (BRASIL, 1988). Entretanto, apesar da garantia constitucional do acesso à educação, nota-se a existência de empecilhos resilientes no contexto brasileiro, que distanciam a teoria da prática.

Uma das dificuldades levantadas é que o tempo da educação, diferentemente do que acontece com outros setores, tem caráter menos imediato. Isso representa um risco para que políticos e a própria sociedade priorizem o investimento em outras áreas, já que os sucessos e os fracassos no ensino são, em geral, construídos a longo prazo (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA, 2009).

O direito à educação está historicamente relacionado ao acesso às escolas. Quando a Constituição Federal de 1988 foi promulgada, a garantia desse direito enfrentava um grande desafio: os altos índices de crianças e adolescentes fora da escola. Contudo, através de políticas públicas que almejavam soluções a longo prazo, esse cenário pôde, aos poucos, ser revertido. Dessa forma, superado esse primeiro grande desafio, é importante ressaltar que um dos enfrentamentos que assolam a educação brasileira na atualidade é a qualidade da oferta e o direito à aprendizagem na idade adequada. Com isso, é possível agrupar as urgências no campo da educação básica em torno de três grandes eixos: acesso, qualidade e combate às desigualdades (ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DE EDUCAÇÃO, 2018, p.17).

A garantia constitucional e seu valor social tornam a educação um bem que, ao ser defendido pela sociedade, exige do jornalismo um importante papel de acompanhamento crítico na formulação e implementação de políticas públicas no setor, bem como de apuração de suas problemáticas e acompanhamento da resolução de tais desafios e conflitos de interesses. Nesse sentido, os profissionais do jornalismo possuem a responsabilidade social de levar aos cidadãos informação de qualidade e de interesse coletivo, contribuindo, através da produção noticiosa, para a inserção do tema em debates decisivos da sociedade.

Segundo o Guia de referência para cobertura jornalística produzido pela Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI), em 2009, o jornalismo precisa se atentar para, além de cobrir assuntos como esporte, cultura e outros temas, garantir que a educação ocupe o espaço

de destaque que merece. Assim, entende-se a importância de que as redações de jornais, em seu dia a dia, desempenhem um jornalismo crítico para cobrir o tema, ajudando a sociedade a refletir sobre os melhores caminhos a serem trilhados no setor.

2.1 Relevância da educação no jornalismo

Na produção noticiosa rotineira, os jornalistas não consultam guias teóricos para auxiliar na seleção das matérias que devem ou não ser publicadas nos veículos. É nestes momentos que os valores-notícias assumem o papel de auxiliar no trabalho dos jornalistas. Em decorrência disso, os profissionais não precisam questionar imensamente o processo da elaboração da notícia, assim como as preferências das audiências, uma vez que o processo noticioso é realizado a partir de definições prévias sobre o impacto que ele ocasiona no público. De acordo com Feitoza (2016), esses valores-notícias tipificam, agilizam e orientam a produção jornalística, auxiliando no tratamento dos fatos. Porém, a autora destaca que essa simplificação não é em decorrência de características inerentes aos fatos, mas sim do processo de assimilação do próprio jornalista em relação às expectativas da audiência.

Segundo Guerra (2008) apud Feitoza (2016), os valores-notícias podem ser divididos em dois: aqueles que são consolidados e já foram testados em audiências anteriormente, trazendo um resultado esperado. Ou seja, trata-se de um grupo de valores já cristalizados que são abraçados pelos veículos e constituem referências de como seguir a produção noticiosa de acordo com determinada expectativa. O segundo grupo trata daqueles valores que ainda não foram testados e que são dados como potenciais referências de expectativa do público. Dessa forma, os valores orientam os jornalistas a como se adequar aos interesses da audiência a fim de suprir suas expectativas, passando assim a funcionar como indicadores de relevância jornalística.

Desse modo, nota-se que os valores-notícias orientam o que é interpretado como relevante ou não dentro do jornalismo, dentro de um contexto em que existe uma diversidade de informações e acontecimentos cotidianos, o que torna necessário uma diferenciação sobre o que deve ser levado ao público ou não. Nesse sentido, a avaliação de relevância é vista como a melhor maneira de realizar essa segmentação de informações, priorizando aquelas que são dadas como de maior interesse para a audiência (FEITOZA, 2021, p.24). Assim, o conceito de relevância é chave para se observar os valores-notícia específicos da cobertura sobre educação no jornalismo brasileiro.

Considerando os critérios de relevância expostos acima, abre-se o questionamento do papel de relevância que a educação e suas nuances assumem na cobertura noticiosa do campo

da educação, observando a conjuntura, particularidades, aprofundamentos e complexidades no tratamento dado a essa temática pelo jornalismo brasileiro.

É importante realçar que por muito tempo o tema educação esteve atrelado a questões civilizatórias, em que a expressão ‘progresso’ era utilizada para justificar avanços nas mais diversas áreas. É a partir dos anos de 1960, com a política econômica do presidente Juscelino Kubitschek, sob o lema “crescer 50 anos em cinco”, que o termo ‘desenvolvimento’ passa a ser associado à educação, tanto por especialistas quanto pela imprensa, atribuindo novos contornos culturais à cobertura noticiosa desse campo (BRANDÃO, 1981, p.82 apud CRIPA, 2007, p.14).

Antes de se inventarem políticas de desenvolvimento, a educação era prescrita como um direito da pessoa, ou como uma exigência da sociedade, mas nunca como um investimento. Um investimento como outros, como os de saúde, transporte e agricultura. A educação deixa finalmente de ser vista como um privilégio, um direito apenas, e deixa também de ser percebida como um meio apenas de adaptação da pessoa à mudança que se faz sem ela, e que apenas a afeta depois de feita (BRANDÃO, 1981, p.83 apud CRIPA, 2007, p.14).

Criipa (2007) aponta que desde então, o discurso da educação como agente transformador do desenvolvimento social ganhou holofotes pela imprensa e a classe política, que reverberam a questão em toda sociedade brasileira. Até hoje percebe-se a difusão da ideia de que a educação é a base de solução dos grandes desafios da sociedade brasileira. Uma pesquisa da ANDI¹, realizada em 2004, que observou 5.362 textos publicados por 57 jornais brasileiros, expõe a dificuldade da imprensa brasileira em problematizar o tema educação simultaneamente com outros assuntos da agenda pública. Essa deficiência foi comentada no relatório geral da pesquisa.

De modo geral, o que se percebe é que a cobertura de educação não é abrangente no sentido de realizar amplas conexões com outras temáticas e que também apresenta dificuldades em inovar e ampliar a reflexão dentro do próprio universo educacional [...] É a educação que se dá em espaços formais que se destaca na imprensa. Assuntos que vão além disso e das questões institucionais envolvendo os diferentes atores da educação acabam por contar com um reduzido espaço nas páginas dos jornais (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA, 2005, p.11).

Portanto, há indicadores de que o tratamento da educação pelos veículos jornalísticos está muito aquém do que a sociedade necessita desse agente difusor de desenvolvimento social capaz de promover transformações. Esta ideia é ainda mais fortalecida com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que segundo Crippa (2007), alavancou novos olhares para o tema da educação, remodelando discursos e perspectivas, especialmente da imprensa.

¹ A educação na imprensa brasileira - Responsabilidade e qualidade da informação, 2005. Disponível em: www.andi.org

2.2 Jornalismo especializado em educação

Pelas considerações anteriores, parece notória a necessidade de um jornalismo cada vez mais especializado para suprir a necessidade social de uma cobertura crítica no setor da educação, a fim de auxiliar o debate público na formulação de políticas que efetivem a garantia de equidade e qualidade na educação brasileira.

Entende-se que a especialização jornalística é capaz de identificar e aprofundar os problemas da sociedade, segmentando-os em áreas de interesse relevante para discutir soluções e formar nos leitores uma consciência crítica (ORIVE; FAGOAGA, 1974, p.65 apud TAVARES, 2011, p.98). Nesse sentido, a informação jornalística especializada propõe-se a ser um canal facilitador entre especialistas de diversos campos do conhecimento e da sociedade. Dessa forma, aliado ao papel mediador do jornalismo, o conhecimento soma-se aos valores de objetividade e credibilidade jornalística, dotando as informações de um caráter específico.

De acordo com Tavares (2011), ao lidar com uma extensa quantidade de informações sobre diversos temas e áreas do conhecimento, é acrescentado à prática do jornalismo uma ideia sobre um tipo de informação segmentada que possa trabalhar as especificidades dos conteúdos e que passa a ser uma “informação jornalística especializada”. Nesse jornalismo especializado, pode-se afirmar que existe a necessidade de uma leitura distinta sobre determinados conteúdos e também a adequação dos termos e lógicas de cada tema a uma linguagem acessível ao público. Dessa forma, o autor vê a especialização ligada a uma nova metodologia de trabalho jornalístico, fundadora de novos produtos.

Segundo Tavares (2009), a produção de um jornalismo especializado é realizada com maior aprofundamento no conteúdo, dada a demanda do público por uma cobertura noticiosa cada vez mais enquadrada em recortes temáticos. Nesse aspecto, a exigência do público é, como apontado, demandada na produção de conteúdo jornalístico de maior qualidade e complexidade em relação a um mero ‘jornalismo de generalidades’. Tal contexto permite uma nova funcionalidade na prática jornalística: que profissionais das diversas áreas do conhecimento participem colaborando com jornalistas no processo noticioso.

Entretanto, sabendo da existência da realização dessa cobertura para destrinchar o tema, abre-se o questionamento de como ela é feita na prática. Em razão disso, vê-se a necessidade de, a partir de um olhar crítico à conjuntura apresentada, questionar se o tema é tratado com aprofundamento e complexidade, assim como propõe a especialização jornalística.

Monteiro e Gonçalves (2013) afirmam que a cobertura jornalística no campo da educação é feita a partir de um recorte parcial e distorcido do contexto total da temática.

Ainda mais quando o espaço reservado e o tempo destinado para tal temática é percentualmente insignificante à agenda pública. Indaga-se se o que há é uma tradicional cobertura de educação que arrola conteúdos informativos como novidades, concursos e eventos que englobam a área, ou temáticas com caráter pedagógico, que conotam cidadania e responsabilidade social (MONTEIRO; GONÇALVES, 2013).

Os autores denunciam que uma parcela da cobertura noticiosa sobre educação encontra-se direcionada a tratar das políticas econômicas da pasta a partir de Brasília, com ênfase às decisões do Ministério da Educação e órgãos a ele vinculados. Dessa forma, fixa-se a atenção para temas como vestibulares, concursos e ensino superior, ignorando assuntos que tratam da educação básica e seus desdobramentos. É preciso salientar que uma abordagem limitada como essa alimenta equívocos na sociedade, ocasionado em estereótipos quando se discute educação. Monteiro e Gonçalves (2013) salientam que esse modo de operação da imprensa estigmatiza concepções sobre a educação pública e privada, especialmente devido à ênfase na realização de comparações com os contextos educacionais de nações estrangeiras, excluindo professores e alunos do debate sobre a realidade brasileira.

Segundo Pereira (2009), os jornais brasileiros fazem uma cobertura noticiosa sobre a educação de forma desleixada, com a impossibilidade de realçar as nuances que precisam ser exploradas na prática especializada. De acordo com o autor, esse modo de operação da imprensa é histórico, devido à falta de interesse dos veículos pelo campo educacional. Tal crítica pode ser notada a partir da organização sistemática dos jornais, que em sua maioria atribuem os assuntos relacionados à educação à editoria de cotidiano ou “geral”. Neste caso em específico, é importante salientar que a Folha de S. Paulo se comporta como um veículo fora da curva a partir da criação de uma editoria específica para educação.

Seguindo no mesmo sentido que defende o autor em sua crítica sobre o pouco destaque que a educação recebe nos veículos jornalísticos, uma breve análise² dos 18 veículos com maior audiência em cada uma das cinco macrorregiões brasileiras, conforme o Anuário Brasileiro de Mídias 2021, permitiu identificar que apenas oito (44%) possuem uma editoria de educação. Nos outros dez, o tema aparece disperso em diferentes editorias – sendo enquadrado com maior frequência em “cotidiano”. Esse quadro indica um baixo interesse jornalístico na realização de uma cobertura mais especializada do tema.

Percebe-se, portanto, que a cobertura diária da educação não segue uma investigação de interesse social como a área requer. As informações relacionadas à área alocadas em

² Análise realizada pelo autor deste trabalho a partir do Anuário Brasileiro de Mídias 2021 disponível em: www.aner.org.br

diferentes editorias, em vez de um caderno ou uma página específica para tratar o tema, expõem a deficiência da imprensa brasileira na cobertura dessa área.

Caberia ao tratamento crítico em editoriais, reportagens e notícias o papel de caracterizar valor-notícia na área de educação [...] Isso mostra que a angulação do material jornalístico nas grandes publicações presta um desserviço à agenda pública e uma incapacidade de compreender as dinâmicas do setor (MONTEIRO; GONÇALVES, 2013).

De acordo com Senne (2009), a cobertura jornalística no segmento de educação precisa ser mais especializada. Para isso, ele aponta a necessidade de uma capacitação crescente de jornalistas no segmento para um melhor relacionamento com as informações públicas disponíveis (como relatórios, bases de dados e anuários estatísticos).

O jornalismo de educação ganhou força a partir dos anos 2000, acompanhado de um vasto investimento na pasta pelo poder público. Devido ao contexto, pode-se atribuir como consequência o crescimento da pauta de educação nos cadernos e páginas dos grandes jornais do país. Entretanto, pode-se afirmar que a formação dos jornalistas e suas práticas na cobertura da educação não trilharam o mesmo percurso de crescimento (ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DE EDUCAÇÃO, 2018, p.7). Nota-se, portanto, uma necessidade de discussão sobre a capacitação dos profissionais para trabalhar de maneira eficiente o tema. Monteiro e Gonçalves (2013) também apontam para a problemática de que os jornalistas brasileiros não têm a formação necessária para retratar o tema com profundidade adequada, o que justificaria a quase inexistência de editorias especializadas em educação.

Há uma fuga dos recôncavos da área, que se preocupam apenas em informar de maneira parcial, e não em compreender as sutilezas, investigar as entrelinhas e construir produtos conjunturais e reflexivos. Há diversos motivos para tal fenômeno, que abrangem ausência de uma editoria específica para o campo, profissionais mal formados e pouco motivados para ocupar e produzir conhecimento das temáticas envolventes, pouco interesse pela imprensa em si, falta de espaço de discussão a esse respeito, talvez, seja ideal uma conscientização social maior dos processos educacionais em vigor no país (VIEIRA, 2010 apud MONTEIRO; GONÇALVES, 2013).

Nesse sentido, o jornalista em vez de desempenhar o papel de figura responsável pela apuração da informação, seleção e mediação do debate com a sociedade, o profissional ao tratar do tema da educação, age apenas no repasse de informações. Essa disfunção de atribuições permite que os equívocos apresentados acima ocasionem uma cobertura jornalística da área realizada de forma imprecisa.

É a partir das problemáticas oriundas desse cenário que um grupo de jornalistas experientes na cobertura de educação fundam, em 2016, a Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca), com o objetivo de apoiar os demais profissionais que trabalham com o

tema, de modo a melhorar a cobertura especializada no país. A organização, que funciona de forma independente e plural, produz material para formar e informar jornalistas a fim de instruir, de maneira didática, sobre as atuais discussões na área e os principais desafios na educação brasileira. Em sua missão, a Jeduca justifica seus objetivos destacando o falho cenário de cobertura jornalística na área:

A educação é um tema prioritário para o país, mas ainda não tem na mídia a mesma atenção que recebem política, economia e esportes, por exemplo. Além disso, parte da cobertura é feita por profissionais com pouca experiência no tema. A Jeduca visa mitigar essas dificuldades (ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DE EDUCAÇÃO, 2018, p.7).

A entidade produz um vasto material de instrução aos profissionais, buscando orientar sobre como tratar o tema da educação na cobertura noticiosa. Através da elaboração de guias, eventos, matérias, folhetos etc., a Jeduca contribui para a construção crítica de um jornalismo especializado em educação.

2.3 A educação na Folha de S. Paulo

Fundado em 1921, o Grupo Folha abriga um conglomerado de mídia que tem como seus veículos principais o jornal Folha de S. Paulo e o portal UOL. A partir dos anos de 1970, o tema educação recebe status de editoria dentro do jornal, o que é visto como emblemático, pois se trata de um pioneirismo entre os veículos jornalísticos no Brasil. Nesta ocasião, as matérias recebiam destaques dos mais variados aspectos sobre o ensino dentro do contexto político-social da época.

O jornal foi a casa de um dos principais jornalistas que cobriam educação, o paulistano Gilberto Dimenstein, que buscava realizar um jornalismo educacional guiado pelos ideais pluralistas, criticista e apartidário (MONTEIRO; GONÇALVES, 2013). Escritor e jornalista, suas reportagens de cunho social e voltadas para educação garantiram a Gilberto espaço na lista das cem pessoas mais influentes do país, elaborada pela revista Época, em 2007. Dimenstein foi também um dos criadores da ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância, organização não-governamental que atua em rede para potencializar a comunicação como garantia de direitos sociais, da promoção da diversidade e inclusão social diante da realidade de desigualdades.

Em 2009, um documento elaborado pela Universidade de Harvard apontou o projeto bairro-escola, desenvolvido por Dimenstein inicialmente em São Paulo, através do Projeto Aprendiz, como exemplo de inovação comunitária. O projeto foi replicado pelo mundo, através de iniciativa da Unicef com a Unesco. Em 2013, o jornalista desligou-se oficialmente da Folha de S. Paulo, finalizando uma jornada de 28 anos. Monteiro e Gonçalves (2013) apontam que,

apesar de o jornal possuir em seu corpo editorial um dos jornalistas mais renomados na área da educação, a cobertura do veículo sobre o tema nem sempre foi fiel aos valores que Gilberto pregava.

[A] Folha evidencia uma cobertura noticiosa sobre educação que tende a repercussão: dos discursos e decisões políticas das autoridades da área, como a Presidência da República, o Ministério da Educação, as Secretarias Estaduais de Educação; das transformações e questões da comunidade da Universidade de São Paulo (USP) e principais instituições privadas e federais de renome pelo país; da catalogação das profissões, carreiras, exames avaliativos e vestibulares; da análise quantitativamente e hierarquização por meio de rankings das escolas, colégios, cursinhos pré-vestibulares, faculdades e universidades (conforme sua mais recente iniciativa – o RUF – Ranking Universitário Folha); do apontamento e criminalização dos movimentos de greves de docentes pelas unidades da federação; e da opinião de especialistas pedagógicos estrangeiros ou de caráter liberal. O veículo não se dispõe a denunciar ou fiscalizar temas macros como política educacional, propostas de ensino: didáticas, implementação de políticas públicas nos três níveis de poder, muito menos a olhar as rotinas escolares e colaborar como mediador dos anseios de professores e estudantes. (MONTEIRO; GONÇALVES, 2013).

Além de jornalista do veículo, Dimenstein era membro do Conselho Editorial da Folha. Apesar da atuação no cargo, nota-se que seus ideais não influenciaram de forma direta o projeto editorial do veículo, que – já passou por diversas atualizações ao longo do tempo – especialmente na aplicação dos seus valores na cobertura de educação. Apenas nos anos 1980, as regras de conduta do jornal foram atualizadas cinco vezes para suprir a efervescência do contexto político-social que o Brasil e o jornalismo enfrentavam nos últimos anos do regime militar brasileiro. A atualização mais recente do projeto editorial do jornal aconteceu em 2017, apresentando, pela primeira vez, uma lista com 12 princípios que norteiam os compromissos da Folha com seus leitores.

O texto atualizado remonta à ideia do jornalismo crítico, apartidário e pluralista, presente desde os primeiros editoriais, mas destaca o objetivo de combater notícias falsas e intolerância. Segundo a Folha, o desafio de hoje é fortalecer os valores do “jornalismo profissional”, baseado em regras técnicas e padrões de conduta que garantam relatos fidedignos de fatos. Dentre os princípios elencados pelo jornal, é importante destacar o compromisso firmado com a pluralidade. “Cultivar a pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas” (FOLHA DE S. PAULO, 2019).

Além disso, vale ressaltar a disposição crítica que a Folha diz propor em sua cobertura noticiosa. “Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados” (FOLHA DE S. PAULO, 2019). Ademais, a Folha visa “manter atitude apartidária,

desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão” (Idem).

Em relação à editoria de educação, o jornal traçou diretrizes específicas para cobrir o tema, firmadas no projeto editorial da Folha de 1985 – ainda no processo de redemocratização do país – porém priorizando o mesmo caráter “técnico” das demais coberturas noticiosas.

A Educação e Ciência deve dar um tratamento mais técnico e **menos corporativo** aos temas de que tratam normalmente as seções do gênero. Deve aproveitar a oportunidade editorial para fazer um acompanhamento sistemático e atraente do mundo científico, imprimindo um novo **dinamismo pragmático** a essa especialidade jornalística. É uma área em que o **rigor e a exatidão técnica** são ainda mais imprescindíveis (FOLHA DE S. PAULO, 2019 – grifos adicionados).

Atualmente o veículo tem na equipe da editoria de educação o jornalista Paulo Saldaña, um dos fundadores e diretores da Jeduca (apresentada no item 2.2) e referência na cobertura da educação no Brasil. Formado em jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (São Paulo), com 16 anos de carreira, Saldaña coleciona uma série de prêmios pelo seu domínio na produção jornalística sobre a área de educação.

3. O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica é uma política de sub vinculação de recursos públicos para a educação. Esse Fundo engloba os recursos de estados e municípios que são somados com uma complementação da União destinada aos entes federativos que não alcançam o valor anual mínimo por aluno. A redistribuição de recursos é uma medida que acontece de acordo com o número de matrículas na educação básica de cada rede. Ou seja, “os municípios e os estados contribuem com o Fundeb do seu estado, mas o retorno é dividido de acordo com a demanda de cada ente federado, no interior de cada estado” (GLUTZ, 2021).

Segundo Glutz (2021), a política pública de redistribuição de recursos é uma das mais importantes na equalização do financiamento do ensino básico e na busca da universalização da educação no país. Através dessa ação foi possível uma redução das desigualdades financeiras entre os entes federativos quanto aos recursos disponíveis para educação, assim como aponta Pinto (2019 apud GLUTZ, 2021, p. 2):

Antes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), em 1998, a diferença no gasto por aluno poderia atingir uma razão superior a dez entre as diferentes regiões do país e, mesmo, no interior de um mesmo estado, na comparação entre escolas mantidas pelo governo estadual e aquelas sob responsabilidade dos governos locais. Minimizar essa desigualdade foi um dos motivos da implantação da política de fundos, talvez o seu aspecto mais positivo.

3.1 Do Fundef ao Fundeb

O Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, foi criado por meio da Emenda Constitucional nº14/1996, com prazo de funcionamento até 2006. Sua implementação nos estados brasileiros e Distrito Federal (DF) demorou dois anos, mas foi a primeira política pública formulada para o financiamento da educação básica que trabalhava em conjunto as esferas nacional, municipal e estadual. Além disso, a medida propunha também: a participação de entidades civis por meio de conselhos no intuito de melhorar a qualidade do ensino ofertado em todo país; investimento na manutenção e desenvolvimento do ensino; valorização do magistério e combate às desigualdades regionais da educação (CARVALHO, 2012, p. 58).

Entretanto, devido às limitações da política e seus problemas estruturais, não foi possível a realização da busca pela universalização do atendimento escolar. A implementação da medida é vista por uma combinação de fatores como a premência, pressa e, muitas vezes, imprevisto, que resultaram na descontinuidade da medida, como avalia Guimarães (2005). De acordo com este autor, é possível elencar em cinco categorias os problemas que assolavam o Fundef. A primeira diz respeito à desinformação, uma vez que nem os próprios educadores

tinham clareza sobre o processo de funcionamento da medida. A segunda contempla a infraestrutura, já que foi preciso uma readequação estrutural das escolas para suportar o novo contingente de alunos, mas nem todas instituições tinham o aporte financeiro para isso.

A terceira categoria proposta por Guimarães (2005) destaca o problema de recursos humanos, enfrentado com grandes dificuldades pelo magistério por falta de capacitação e formação adequada dos profissionais. O quarto ponto aponta o impasse financeiro que provocou um desgaste econômico nos municípios mais carentes em relação à renda para assumir a readequação do ensino e distribuição de turmas escolares. O quinto e último aspecto atenta ao baixo grau de institucionalização, responsável pela dificuldade de implementação dos conselhos municipais de educação, ação que possibilitaria a participação da sociedade.

Dessa forma, a proposta do Fundeb temporário, em 2007, busca preencher as lacunas que o Fundef não conseguiu resolver na educação básica. Criado por meio da Emenda Constitucional nº 53/2006 e com previsão de encerramento em 2020, o Fundo incorpora mudanças significativas no financiamento da educação brasileira por meio do aperfeiçoamento do seu antecessor. Dentre as novidades do Fundeb, é preciso destacar a inclusão da complementação de 10% pela União; estados e municípios definem os valores de custo-aluno e o estabelecimento do piso salarial do magistério. (GUIMARÃES, 2005).

Tal como prometia o FUNDEF, porém em bases mais generosas e ampliadas, o FUNDEB mantém a diferenciação de responsabilidades, nos aspectos estruturais, organizacionais e de gestão dos respectivos sistemas de ensino, prevendo uma ampla redistribuição dos recursos financeiros vinculados à educação básica, adotando como critério o número de alunos matriculados por nível de ensino no âmbito de cada rede (estadual ou municipal) e a garantia de um per capita, a ser fixado anualmente, capaz de propiciar um adequado padrão de qualidade do ensino (GUIMARÃES, 2005).

Portanto, percebe-se que o Fundeb é uma tentativa mais ampla de política pública no setor da educação comparado ao seu antecessor. Bernardi (2005) apud Carvalho (2012) avalia que o Fundo representa uma busca aperfeiçoada em promover a equalização da educação por meio da distribuição de recursos para a pasta; universalizar o ensino público através de investimento na qualidade de ensino; valorizar o profissional do magistério por meio da implementação do piso salarial na carreira.

3.2 O novo Fundeb

A aproximação do término de vigência do Fundeb como política pública provisória para a educação, previsto para o final de 2020, deu origem a um debate sobre a necessidade de o Brasil possuir uma política permanente de financiamento para este setor. Foi com essa orientação que parlamentares do Congresso Nacional recuperaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/2015, originalmente apresentada pela médica, professora, ex-prefeita

de Montes Claros (MG) e deputada Raquel Muniz (2015-2019), posteriormente transformada na Emenda Constitucional 108/2020. A essência da proposta era estabelecer novos critérios de distribuição da cota municipal do ICMS (recolhido pelos estados) “para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)”³.

Os estados e municípios são os entes da federação que mais contribuem financeiramente para a educação básica, porém eles também são os que mais possuem limitações orçamentárias para essa ação. Portanto, entende-se que a disputa sobre valor da complementação da União configura-se como uma luta pelo aumento de recursos públicos na educação, aliviando a pressão financeira sobre os demais entes federativos, como aponta Pinto (2007) apud Glutz (2021). Durante a discussão no parlamento brasileiro surgiram várias emendas e sugestões de modificações do percentual de complementação da União ao Fundo, tornando este o principal tema em debate na renovação do Fundeb.

No início da definição da PEC de 2015, o percentual de complementação manteve-se em 10%. Porém, no primeiro substitutivo durante a 55ª Legislatura da Câmara de Deputados, em 2017, a relatora do projeto, Professora Dorinha (DEM-TO), sugeriu um aumento no valor para 30%. A entidade Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) aparece em seguida, por meio de uma nota técnica, apoiando o percentual proposto pela parlamentar. Em contraponto, a entidade Todos Pela Educação (TPE) lança a defesa de um percentual menor, entre 15% a 17% (GLUTZ, 2021).

Com a retomada da PEC 15/2015 na 56ª Legislatura (iniciada em fevereiro de 2019), é apresentada uma segunda minuta de substitutivo pela Professora Dorinha (DEM-TO), reiterando a defesa pelo percentual de 30% de complementação da União. Em seguida, entidades ligadas à educação e parlamentares contribuíram com minutas sugerindo valores distintos de complementação. A TPE manteve o mesmo posicionamento anterior pelo percentual de 15%, que teve apoio da deputada Tábata Amaral (PDT-SP), em conjunto com o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) e um aparte do Ministério da Educação (MEC). No entanto, um percentual de 40% foi defendido publicamente por um grupo de entidades representativas do setor, incluindo: Sindicato dos professores do Ceará, Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação (Undime).

³ Trecho da PEC 108/2020, disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1198512>

Segundo Pinho (2019) apud Glutz (2021), a proposta de aumento da complementação para 40% levantou diversas reações entre os parlamentares, especialmente devido à defesa da relatora da PEC ao valor. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou abertamente a professora Dorinha (DEM-TO) por tentar promover um debate que não se aplica na conjuntura realista do país devido ao aumento significativo da porcentagem e o impacto que causaria às contas públicas.

As demais entidades e parlamentares que apresentaram a proposta de complementação de 15% defenderam a responsabilidade fiscal como justificativa para o valor. Dentre elas, o TPE apontou que o percentual era suficiente para o Estado gerir as demandas da educação, reforçando o estereótipo que os problemas na pasta se resumem a ineficiência e má gestão com os recursos públicos, um discurso recorrente pela entidade, assim como aponta Duarte (2008) apud (Glutz) 2021. É importante salientar que a deputada Tábata Amaral (PDT-SP) e o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), ao defenderem o valor de 15%, utilizaram relatórios e posicionamentos do TPE sobre a questão, demonstrando um alinhamento com a entidade. Já a deputada Professora Dorinha (DEM-TO) abraçou a justificativa dos movimentos sociais e demais entidades (como CNDE, UBES e Undime) ao defender o percentual de 30% no 2º substitutivo.

Paralelamente às movimentações na Câmara dos Deputados, um grupo de mais de 20 senadores de distintos partidos liderados por Randolfe Rodrigues (Rede/AP) e Alessandro Vieira (Cidadania/SE) deu início à tramitação da PEC 65/2019, com a seguinte ementa:

Torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Estabelece a necessidade de observância de metas de universalização da educação básica obrigatória e gratuita, de oferta gratuita da educação de jovens e adultos e de ampliação da oferta de educação infantil. Dispõe sobre o Custo Aluno-Qualidade Inicial e sobre o padrão mínimo de qualidade de ensino. Dispõe sobre a complementação de recursos do Fundo e sobre o piso salarial nacional para os profissionais da educação básica pública.⁴

Segundo Glutz (2021), o objetivo dos senadores era pressionar a deputada Professora Dorinha (DEM-TO) para que fizesse modificações nos valores de complementação na PEC 15/2015, o que acabou acontecendo. Em fevereiro de 2020 a relatora apresentou à Comissão Especial que analisava a proposta a redução no valor de complementação para 20%. Logo após, a CNDE publicou uma nota em concordância com esse percentual, justificando em seu posicionamento que havia outras questões do Fundo que ainda precisavam ser discutidas, algo que era visto com preocupação pela entidade devido ao prazo de vencimento do Fundeb em 2020.

⁴ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136606>

Glutz (2021) destaca que nesse processo o governo federal foi o ator que mais articulou contra o aumento do percentual de complementação (em relação à proposta inicial de 15%). Atuaram nesse sentido o presidente Jair Bolsonaro, os ministros da Educação Abraham Weintraub (até 19 de junho de 2020) e Milton Ribeiro e o Ministro da Economia, Paulo Guedes. O autor avalia que o intuito por trás dessa estratégia foi o de minar qualquer ação que fosse oposta ao projeto de interesse do governo Bolsonaro. Mas é digno de nota o fato de os chefes da pasta da Educação terem participado de poucas audiências públicas e reuniões convocadas para debater o tema.

Perto da votação da PEC no Legislativo, em junho de 2020, o ministro da Economia apresentou uma contraproposta que mantinha o valor de complementação à educação em 10%, que estava em vigência desde a implementação do Fundeb, 14 anos antes, e destinação dos demais 10% para financiamento do programa social Renda Brasil. Além disso, pediu o adiamento da votação da PEC para 2022, ano eleitoral. Glutz (2021) avalia que essa ação foi uma tentativa de impor a agenda do Governo Federal ao Congresso, expondo uma divergência profunda entre o Legislativo e o Executivo. “Assim, mais do que uma proposta para o Fundeb, tratava-se de uma tentativa do governo Bolsonaro de pressionar o Congresso Nacional para aprovar projetos de sua autoria” (GLUTZ, 2021).

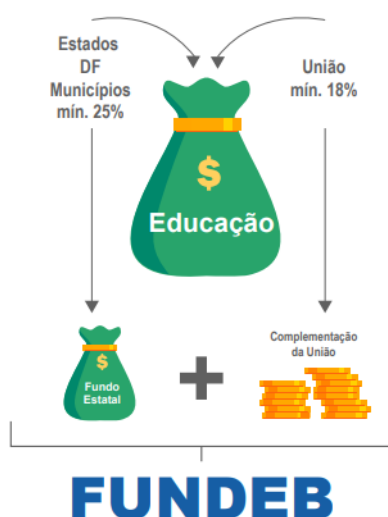
Apesar das discordâncias políticas, o texto final da PEC foi apresentado na Câmara dos Deputados em 10 de julho de 2020, sem alteração para votação. Ao final, o texto foi aprovado com uma complementação de 25% por parte da União, mantido na votação no Senado. Glutz (2021) aponta que, devido à preocupação dos parlamentares e da comunidade civil que acompanhava a discussão em torno do Fundeb, entendia-se a urgência da necessidade de aprovação da PEC antes do vencimento do Fundo, permitindo que o texto fosse aprovado com agilidade e sem alterações no Senado Federal. Entretanto o percentual entrará em vigor de modo escalonado e progressivo, em 2021 começará com 12%; passando para 15% em 2022; 17% em 2023; 19% em 2024; 21% em 2025; e 23% em 2026, a partir do percentual que estava em vigência – 10%. Dessa forma, o novo Fundeb foi aprovado nas duas casas Legislativas, tendo como principal diferença em relação ao seu antecessor o caráter de política permanente de financiamento da educação, que além de metas quantitativas preza pela qualidade do ensino.

Nesse sentido, seu funcionamento opera com valores atualizados. Os entes federativos, destinam 25% das arrecadações dos seguintes impostos ao Fundo: imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações (IPIexp), imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre prestação de Serviços (ICMS), Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo de Participação dos Estados

(FPE), Imposto sobre Transmissão Causa Moras e doações de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (cota-parte dos Municípios) (ITRm), Arrecadação de imposto que a União eventualmente instituir no exercício de sua competência (cotas-partes dos Estados, Distrito Federal e Municípios) e Receita da dívida ativa tributária, juros e multas relativos aos impostos acima relacionados.

Além desses montantes, o Fundo também recebe complementação da União com percentual de 23% (a partir de 2026) acerca da sua arrecadação. Essa composição compõe a organização orçamentaria do Fundeb que distribui os valores para cada ente federativo de acordo com o valor-mínimo por aluno estabelecido por cada rede de ensino.

Figura 1 – Composição orçamentária do novo Fundeb



Fonte: Cartilha de Orientação do Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) 2021

4. ESTUDO DE CASO: A COBERTURA DO “NOVO FUNDEB” PELA FOLHA DE S. PAULO

Neste capítulo serão analisadas as matérias publicadas no jornal Folha de S. Paulo acerca do debate no Congresso Nacional sobre as condições de renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, ao longo do ano de 2020, tema que ficou conhecido como o “novo Fundeb”. A discussão coincidiu com o primeiro ano da pandemia da Covid-19 e foi inevitavelmente afetada por ela, em função das suas consequências severas na gestão da educação no país.

De acordo com o relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que mensurou os impactos da pandemia sobre o orçamento educacional, a crise sanitária afetou as receitas de estados e municípios, os principais financiadores da educação básica pública. Os dados apontam que, apenas em 2020, a redução nominal da arrecadação tributária chegou próximo de R\$ 37,4 bilhões. Tendo em vista que a educação é financiada essencialmente pelas receitas locais, o impacto da Covid-19 nas contas públicas da educação varia entre os diferentes entes federados.

Nesse contexto, é perceptível a ampliação da desigualdade no financiamento escolar dos sistemas educacionais e o acirramento dos problemas educacionais dos entes da Federação. De acordo com estimativas do BID (2020), as projeções para o ano de 2020 apontavam que as despesas totais da União, estados e municípios decorrentes das receitas vinculadas (MDE, Salário Educação e royalties) encolheriam, no acumulado de dois anos entre 2020 e 2021, 31,6% no cenário A (o mais pessimista) e 11,1% no cenário E (o mais otimista). Diante do exposto, entende-se que 2020 foi um ano crucial para a discussão do financiamento da educação no Brasil, em especial o debate sobre a renovação do Fundeb

O autor deste trabalho considerou a relevância da repercussão do tema pelos veículos de imprensa, sentindo-se particularmente motivado a analisar a extensão dessa discussão e a observar se a cobertura noticiosa contempla os debates necessários para se pensar em educação de forma plural e inclusiva, visando a sua qualidade e alcance pela população brasileira. A pluralidade de perspectivas é um dos requisitos previstos pela Folha de S. Paulo em seu projeto editorial, no qual o jornal propõe se manter apartidário diante de governos, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão. Além desse critério, também pesou na escolha do veículo para este estudo o interesse tradicional que o jornal demonstra em relação à área da educação, sendo um dos pioneiros no Brasil a implementar uma editoria sobre esse tema.

A seguir, será apresentada a metodologia utilizada na análise das matérias, discutida na segunda parte do capítulo, para a qual foram construídos gráficos e tabelas que permitissem

melhor visualização dos dados apurados. Dessa forma, com base no levantamento realizado, as informações foram sintetizadas e organizadas como: quem foram os autores das matérias e fontes citadas; localidade das fontes; seções editoriais e agrupamentos temáticos. Desse modo, foi construída uma análise sobre a cobertura do veículo com relação às temáticas e fontes, seguida de inferências com base no referencial teórico e contextual apresentado nos capítulos 2 e 3.

4.1 Procedimentos metodológicos

Este trabalho baseia-se na análise de conteúdo das matérias publicadas sobre o “novo Fundeb” pelo jornal Folha de S. Paulo ao longo do ano de 2020. Trata-se de um “estudo de caso”, por explorar um caso específico dentro de um universo de acontecimentos (as notícias sobre educação), observando-o a partir de um ponto particular (DUARTE, 2005): as disputas políticas e educacionais em torno de valores e destinação dos recursos no processo de renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) em 2020.

O trabalho analítico em jornais também pode ser classificado como uma pesquisa hemerográfica – sinteticamente definida como investigação realizada em jornais por pesquisadores de qualquer área de conhecimento. Segundo Seibel (2013), esta modalidade serve como fonte de estudo sobre fenômenos sociais e políticos, que neste caso aplica-se à reformulação de uma política pública no setor da educação que trata do seu financiamento. Aplicada aos estudos de jornalismo, a pesquisa hemerográfica centra-se geralmente em alguma cobertura jornalística já encerrada, que exprime as diversas facetas de posicionamentos e interesses públicos sobre determinado acontecimento ou tema.

Bardin (2015) define a análise de conteúdo como um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam à observação de discursos diversificados. Dessa forma, a análise de conteúdo permite a observação de um intervalo de tempo entre o estímulo-mensagem e a reação interpretativa do conteúdo. Desse modo, a importância do que é publicado e de quem escreve assume um papel primordial na formação de um debate público, trazendo visibilidade para determinados grupos e organizações sociais.

Diante do exposto, a proposta deste trabalho é identificar, através da análise de conteúdo, as principais fontes utilizadas nas matérias do jornal Folha de S. Paulo, assim como os subtemas que são vinculados aos textos publicados sobre o Fundeb. Trata-se, empiricamente, de observar o comportamento e posicionamento do jornal ao cobrir o tema no ano de 2020, privilegiando certos aspectos e dando voz a determinados atores e não a outros.

Para chegar aos objetivos que o trabalho propõe, o percurso metodológico foi dividido em etapas. A primeira delas consistiu em uma pré-análise, quando são selecionados os documentos para investigação, formuladas as hipóteses e elaborados os indicadores que se mostram como os mais relevantes (BARDIN, 2015, p. 121). Nesse percurso, a quantificação dos dados contribui para se observar a frequência de aparição de determinados elementos na amostragem, através de um critério estatístico. Portanto, trata-se de levantar dados e agrupá-los para tratamento e transformação em indicadores mensuráveis (BARDIN, 2015, p. 141). Esse processo permite o estabelecimento de parâmetros qualitativos para averiguar o objetivo central do trabalho.

Nesse sentido, para configuração do *corpus* da pesquisa, foi realizado um levantamento de todas as matérias publicadas sobre o assunto “Fundeb”, entre 1 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020. O recorte temporal escolhido corresponde ao período em que houve repercussão do tema no país, devido à discussão no Congresso Nacional da PEC 15/2015, a qual visava tornar o Fundeb um instrumento permanente de financiamento da educação básica e propunha alteração no valor de complementação da União. Além disso, a escolha de iniciar a análise a partir do último mês de 2019 corresponde à discussão orçamentária do Governo para o ano seguinte, que tradicionalmente é iniciada em dezembro.

O levantamento do material foi realizado por meio da palavra-chave ‘fundeb’ na ferramenta de busca disponível no portal online do jornal (folha.uol.com.br). A amostragem quantitativa resultou em um total de 327 matérias publicadas no período selecionado. Vale ressaltar que, apesar da existência de uma editoria específica para tratar de temas relacionados à educação no jornal, a busca pela referida palavra-chave também recuperou matérias sobre o assunto publicadas em outras editorias. Tal feito considerou que, a partir de uma observação prévia exploratória, a cobertura da área de educação transcendia sua editoria, sendo também enquadrada em outras seções.

É importante frisar que dessa amostra foram selecionadas para o trabalho apenas as matérias que mencionavam o Fundeb no escopo do texto. Nesse sentido, matérias que destacavam o tema apenas em hiperlinks foram desconsideradas. Além disso, foram descartados os textos publicados por colunistas (nem sempre jornalistas), tendo em vista que se trata de um recorte de caráter opinativo que não corresponde, necessariamente, à postura oficial do jornal sobre o tema. Desse modo, após todas as filtrações, a amostra ficou reduzida a 131 matérias, submetidas ao processo de codificação.

Segundo Bardin (2015), a codificação corresponde à transformação dos dados brutos em amostras que podem servir de índices. Ou seja, “é o processo pelo qual os dados em bruto

são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” (HOLSTI. O.R, 1969 apud BARDIN, 2015, p. 129).

Após uma leitura prévia exploratória do material, foi elaborada uma planilha identificando em cada matéria os seguintes tipos de dados: data de publicação, título, autor, editoria vinculada e indicação de tratamento exclusivo sobre o tema ou não (ver Apêndice A). Dada a natureza deste trabalho e o tempo disponível para a sua elaboração, foi necessário realizar outro recorte para que a amostra não ficasse ampla demais. Desse modo, a partir do agrupamento acima, foi realizada uma segunda filtragem, que considerou apenas as matérias em que seu foco principal fosse o Fundeb, de modo a identificar a tendência da cobertura do jornal sobre o tema. Dessa maneira, o filtro resultou em uma amostra final de 54 publicações que constituem o *corpus* deste trabalho, conforme demonstrado na Tabela 1 do Apêndice A.

4.2 Seções temáticas

Em sequência foi iniciada uma investida qualitativa, onde a análise de conteúdo assumiu um papel de confrontação dos objetivos do trabalho com os indicadores encontrados, a fim de proceder a sínteses interpretativas. De acordo com Bardin (2015), a análise qualitativa é, sobretudo, válida na elaboração de deduções específicas sobre um acontecimento ou variável. Esse tipo de análise deve ser utilizado na fase de lançamento das hipóteses, já que permite sugerir possíveis relações entre um índice da mensagem e diversas variáveis. Portanto, a partir deste tópico é imprescindível a externalização do apanhado interpretativo diante dos dados coletados.

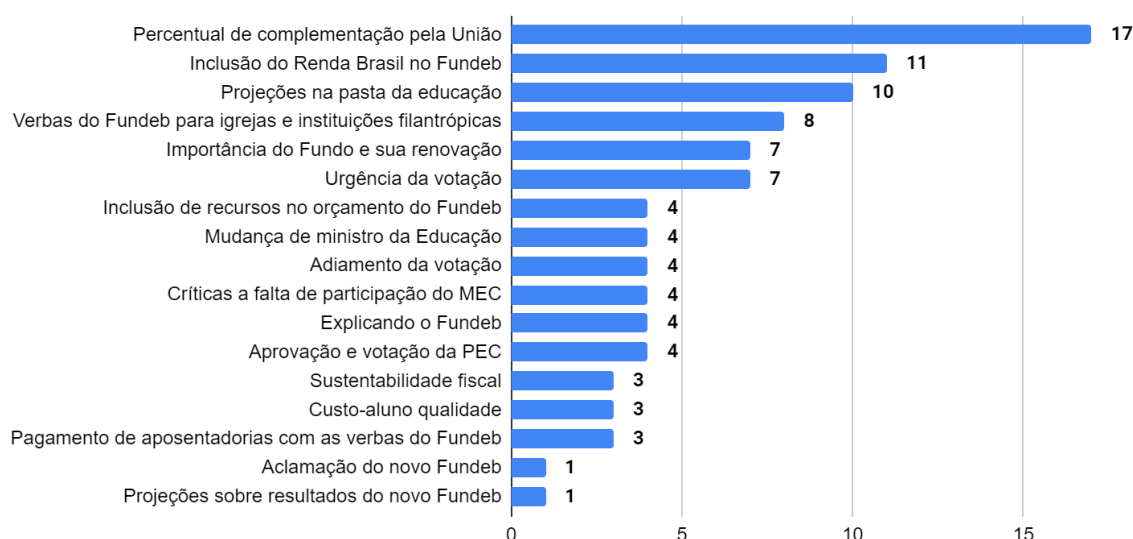
Neste tópico, para identificação dos temas recorrentes na cobertura do veículo sobre o novo Fundeb, o autor deste trabalho ancorou-se em uma análise temática (considerada um “braço” da análise de conteúdo) para obtenção dos resultados. A análise temática é uma metodologia qualitativa de observação de dados visando identificar, analisar, interpretar padrões, o que traz a possibilidade de fazer uma análise geral, utilizando códigos e comparações – neste caso, entre os temas presentes nas matérias selecionadas.

Segundo Braun & Clarke (2006), a análise temática é uma metodologia pouco delimitada. Tal característica é vista como benéfica, pois fornece uma ferramenta flexível para destrinchar dados complexos. Rosa e Mackendanz (2021) complementam, indicando que o procedimento analítico não requer uma imposição teórico-metodológica e pode ser efetuado de forma semântica ou latente. A análise semântica busca significados explícitos ou superficiais, à procura de qualquer coisa que tenha sido dita ou escrita. Já a análise latente, além de considerar a questão semântica, também busca analisar as ideias, suposições e idealizações.

Além disso, a abordagem da análise pode ser indutiva, quando parte de uma grade pronta de categorias ou temas, ou dedutiva, quando já possui um conjunto pré-estabelecido de categorias ou temas bem definidos (SOUZA, 2018).

Para a construção deste tópico foi utilizada a análise temática latente, no intuito de realizar uma observação interpretativa sobre os dados, identificando os ideais contidos nos temas. Dessa forma, ao todo, foram detectados 18 temas nas 54 matérias selecionadas para análise neste trabalho, conforme representado no **Gráfico 1**.

Gráfico 1 - Temáticas em discussão na cobertura do novo Fundeb pelo jornal Folha de S. Paulo em 2020



Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa no jornal Folha de S. Paulo (dados de 2020)

Nota-se que o tema de maior repercussão na cobertura foi sobre o percentual de complementação que a União deveria assumir no novo Fundeb, com 17 menções. Tal destaque é condizente com o contexto político da época⁵, tendo em vista que uma das essências da PEC do novo Fundeb era sobre esse aumento percentual. No foco do tema esteve o debate entre parlamentares e entidades civis sobre o valor que a União deveria contribuir para estados e municípios que não conseguem atingir o valor mínimo de custo-aluno necessário. Inicialmente, o valor proposto na PEC pela relatora, deputada Professora Dorinha (DEM-TO), era de 40%. Entretanto, no decorrer da discussão do tema na agenda política, esse valor foi oscilando entre 15% e 30%, até se chegar ao consenso de um percentual total de 25% (escalonado).

⁵ O segundo ano do governo Bolsonaro (2020) foi marcado, politicamente, pelo acordo com o bloco do 'Centrão', que reúne diversos partidos centristas e da centro-direita, que são historicamente fisiológicos e preocupados com o repasse de recursos para os entes federativos, para compor sua base parlamentar no Congresso Nacional. Além disso, no mesmo ano, aconteceu as eleições municipais, trazendo ênfase a questões orçamentárias locais.

Cabe ressaltar que a Folha acompanhou o trâmite político da temática, apontando os posicionamentos dos agentes protagonistas na discussão – que serão apresentados nos tópicos posteriores desta análise. É importante salientar, ainda, que o tema da complementação tange também os demais apresentados no Gráfico 1. Por exemplo, o tema ‘sustentabilidade fiscal’ foi apresentado como um dos contrapontos do governo federal para não aumentar o valor da complementação. O tema, puxado pelo Executivo, foi apresentado no jornal como a defesa do governo sob a justificativa de que uma porcentagem maior causaria um desequilíbrio fiscal nas contas públicas.

Não obstante, o tema ‘projeções na pasta da Educação’ foi exposto pela Folha de S. Paulo nos efeitos, tanto positivos quanto negativos, que seriam causados à educação brasileira em cenários de aprovação ou não aprovação do Fundeb com os valores discutidos, com acréscimos e decréscimos de recursos. Além disso, faz necessário ressaltar que as matérias possuem, em sua maioria, mais de um tema abordado em seu conteúdo. Portanto, todas as temáticas estão interligadas e possuem coesão em suas apresentações.

A proposta de inclusão do Renda Brasil no Fundeb foi o segundo tema mais repercutido, com 11 menções nas matérias da Folha. Tal tema foi uma polêmica durante a discussão da PEC pelos parlamentares. Apontada em algumas ocasiões como uma medida eleitoreira do governo federal, a ação tinha o objetivo de vincular o programa social às verbas do Fundeb, pois, desse modo, estaria fora do impeditivo da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, aprovada em 2016, no governo de Michel Temer.

A reportagem da Folha comentou sobre a manobra, apontando as nuances da medida:

O ministro tenta incluir o Renda Brasil na PEC como forma de garantir dinheiro ao plano, uma vez que o Fundeb ficou de fora do teto de gastos (regra que limita o aumento de despesas). A ideia do governo vai na contramão do dispositivo constitucional transitório que estabeleceu o Fundeb e que só permite a aplicação dos recursos do fundo na manutenção do ensino e na remuneração de professores. O Renda Brasil seria um benefício de assistência social (SALDAÑA; BRANT; CARAM, 2020d).

Outro tema polêmico importante de salientar é a inclusão de igrejas e instituições filantrópicas no percurso das verbas do Fundeb. Tal decisão foi proposta pelo governo Bolsonaro e imediatamente ganhou repercussão negativa, tanto por parte de entidades da sociedade civil, quanto entre parlamentares que participavam do processo de debate do Fundo. A medida tinha como objetivo incluir escolas religiosas (confessionais) e escolas privadas sem fins lucrativos entre os destinatários das verbas. O jornal repercutiu a medida, destacando os efeitos negativos que a ação poderia causar.

A proposta do governo Jair Bolsonaro de ampliar o escopo de escolas privadas sem fins lucrativos, como unidades religiosas, aptas a receber dinheiro do Fundeb pode favorecer cidades mais ricas e drenar recursos de lugares mais pobres. O efeito seria,

portanto, o oposto do esperado com as novas regras do fundo, principal mecanismo de financiamento da educação básica pública, renovado neste ano (SALDAÑA, 2020a).

Por último, outros dois temas que merecem destaque são a ‘urgência de votação’ e a ‘importância do Fundo e sua renovação’. As temáticas ocuparam a quinta posição entre as mais exploradas pela cobertura do jornal e exprimem o contexto de premência da discussão sobre a renovação do Fundo, cujo vencimento ocorreria naquele mesmo ano de 2020. Mas o formato da PEC deveu-se à oportunidade vislumbrada pelos parlamentares federais de alterar as regras do jogo até então vigentes.

Desse modo, foi construído um consenso na classe política sobre a necessidade de aprovar o texto ainda no mesmo ano e antes do fim do primeiro semestre, pois, após esse período, se iniciaria o ciclo eleitoral nos estados e municípios. Nesse contexto, tomaram espaço na cobertura do veículo não somente a urgência em agilizar a votação da PEC, como também a própria importância do Fundo, que ganhou visibilidade midiática. A Folha de S. Paulo repercutiu os dois temas na mesma frequência – sete vezes, indicando a relevância atribuída pelo veículo à renovação do Fundeb. Assim, os temas abordados na cobertura do jornal dialogam de forma coerente com a importância desse instrumento para a educação pública brasileira. Tal questão pode ser vista a partir de temas como: ‘projeções sobre os resultados do novo Fundeb’, ‘explicando o Fundeb’ e ‘aclamação do novo Fundeb’.

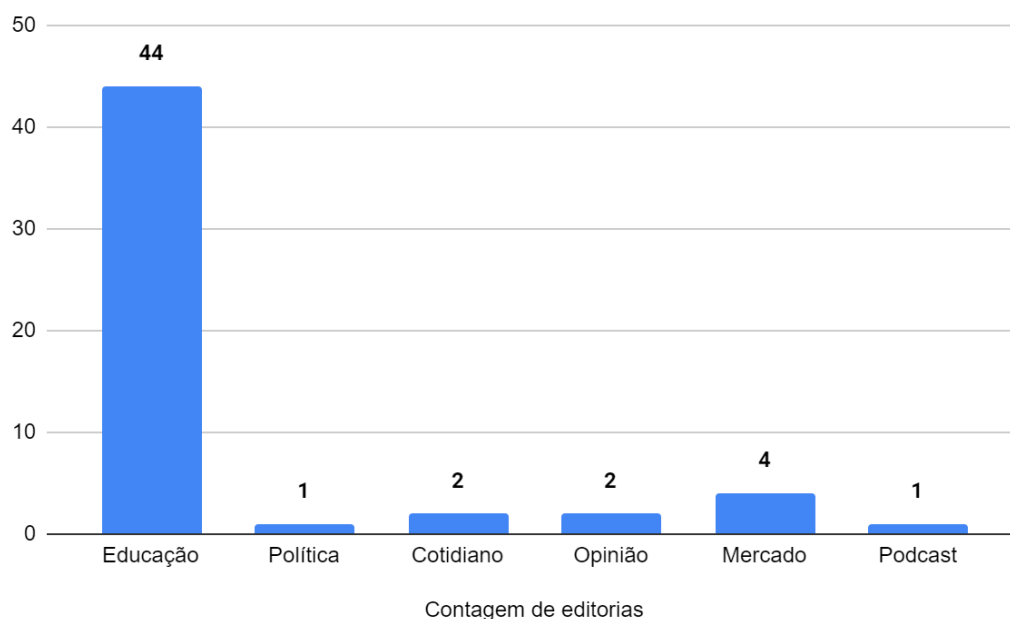
4.3 Análise sobre agrupamento editorial

Como observado anteriormente, nem todas as 54 matérias coletadas para análise foram publicadas na editoria “Educação”, embora esta tenha concentrado 80% do *corpus*, com 44 matérias (**Gráfico 2**). Os outros 20% foram assim distribuídos: Mercado (4), Cotidiano (2), Opinião (2), Política (1) e Podcast (1). Nesse sentido, levanta-se um questionamento sobre o critério adotado pelo jornal para separação das matérias do Fundeb em suas editorias. Vale destacar que apenas os editoriais do jornal foram considerados no setor de Opinião, na interpretação que expressa a visão oficial da Folha sobre o assunto.

Ao se debruçar sobre o conteúdo das matérias, o autor deste trabalho verificou alguns padrões temáticos que podem ter influenciado na segmentação das matérias. No caso das quatro matérias publicadas pela editoria Mercado, por exemplo, todas trataram do tema “‘inclusão do Renda Brasil no Fundeb’”, mencionado no tópico anterior, o que causa uma certa estranheza, já que diz respeito à interação de duas políticas públicas e não a relações de negócios. Já a única matéria sobre o Fundeb publicada pela editoria Política, no período analisado, foi uma

entrevista no formato ping-pong com a Deputada Federal Tábata Amaral (PDT-SP) sobre sua atuação no Legislativo, centrada em pautas sobre educação.

Gráfico 2 - Agrupamento editorial das matérias coletadas sobre o Fundeb



Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa no jornal Folha de S. Paulo (dados de 2020)

No caso da editoria Cotidiano, nenhuma das duas matérias sobre o Fundeb publicadas no caderno apresentam uma sintonia temática. A primeira trata da contraproposta do governo federal para reduzir a complementação da União ao Fundeb, enquanto a segunda matéria aborda desvios da verba do Fundeb realizados por um escritório de advocacia que atende figuras políticas importantes, como o então governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha.

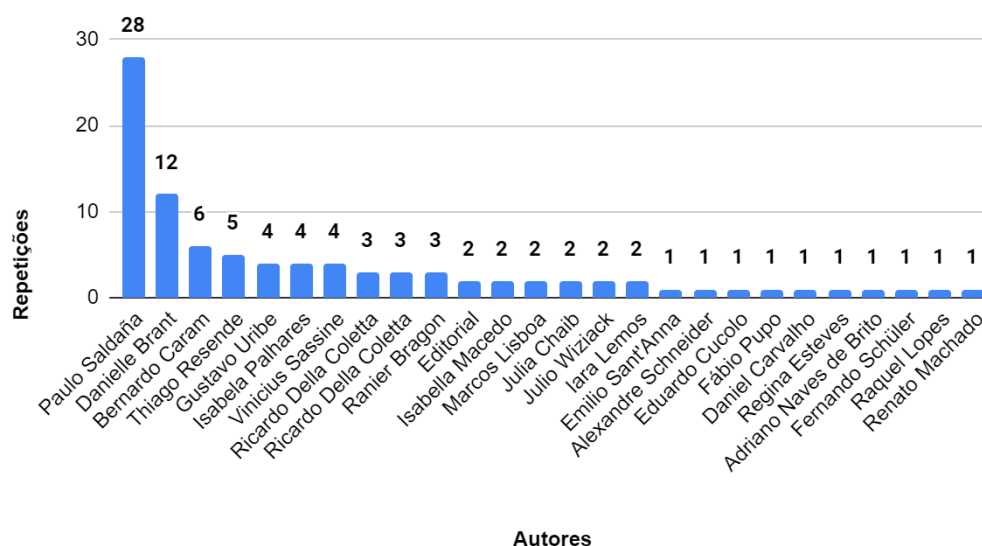
Nesse sentido, não é vista lógica pelo autor deste trabalho para as matérias estarem fora da editoria de Educação, tendo em vista que os temas tratados e o teor do conteúdo estão, sistematicamente, organizados neste caderno. Dessa forma, verifica-se que nem sempre as editorias apresentam coerência com o tema que é tratado nas matérias correspondentes. Aventa-se a hipótese de que esses deslocamentos possam ser provocados por insuficiência da equipe de educação para dar conta de pautas que se acumulam em determinados momentos.

As demais quatro matérias alocadas fora da editoria de educação apresentam um critério perceptível, de acordo com o gênero jornalístico: opinião e podcast. Neste último caso, trata-se de um texto jornalístico complementar para o produto sonoro que o jornal produziu sobre o Fundeb. A Folha de S. Paulo além de jornal impresso e portal online, também possui alguns podcasts nas plataformas de áudio.

4.4 Análise sobre autores

Ao todo, foram identificados 26 autores nas 54 matérias selecionadas para análise neste trabalho. Um dado relevante observado é que apenas um indivíduo foi responsável pela autoria de pouco mais de 50% das matérias, o jornalista Paulo Saldaña, que assinou 28 reportagens sobre o Fundeb no período analisado (**Gráfico 3**).

Gráfico 3 - Autores das matérias coletadas sobre o Fundeb



Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa no jornal Folha de S. Paulo (dados de 2020)

A partir da sua biografia, já comentada no tópico 2.3, pode-se compreender melhor sua atuação na editoria e seu protagonismo e imersão na área. Além da especialização no campo do jornalismo em educação, ele também contribui, por meio da Jeduca, para a instrução de outros colegas que cobrem temas educacionais.

Curiosamente, a jornalista que aparece na segunda posição de autoria na cobertura do Fundeb, Danielle Brant, com 12 matérias, é repórter da editoria de Mercado da Folha. Normalmente ela escreve sobre política, eleições e economia. Mas como atua na cobertura do Congresso Nacional em Brasília, algumas pautas sobre o Fundo acabaram sendo atribuídas a ela. Bernardo Caram, o autor que ocupa a terceira posição do Gráfico 3, também é setorista de economia e finanças, mas acabou se deparando com seis pautas sobre o Fundeb.

As demais 16 matérias da editoria de Educação que não foram assinadas pelo Paulo Saldaña tiveram contribuições de jornalistas de outros setores, em especial de Mercado. Dentre essas matérias, apenas sete não foram escritas por jornalistas da editoria Mercado, sendo três produções por profissionais que cobrem educação (Alexandre Schneider e Isabela Palhares) e

quatro por aqueles que tratam de política para a Folha (Ricardo Della Coletta, Ranier Bragon, Renato Machado e Vinicius Sassine). Nesse sentido, as pautas dessas matérias cobrem temas como escândalos de desvios de verbas do Fundo e movimentação política do governo Bolsonaro para desidratar o texto da PEC do Fundeb na Câmara.

Por outro lado, nove dessas matérias que foram escritas por jornalistas do setor Mercado tratam das pautas que envolvem o impacto financeiro ao Fundo, na tentativa de atrelar o programa social Renda Brasil às suas verbas e o direcionamento de recursos do Fundeb para igrejas e instituições filantrópicas. Apesar de apenas quatro matérias terem sido agrupadas na editoria Mercado, é possível notar que os jornalistas desse segmento atuaram em mais pautas sobre o Fundeb, o que pode ser compreendido pelo fato de que, além de ser um pilar para a educação pública, o Fundo é também um instrumento que movimenta bilhões do orçamento federal e foco de disputas políticas entre os representantes dos entes federativos.

Portanto, qualquer discussão política que envolva o redirecionamento de verbas pode ser interpretada como tema da alçada econômico-financeira. Entretanto, no tópico anterior desta análise, foi identificado que o veículo optou por direcionar a maioria das matérias relacionadas ao Fundeb à editoria de Educação, deixando apenas algumas que estão relacionadas ao programa Renda Brasil no caderno de Mercado.

Apesar da concentração editorial na rubrica Educação, é possível notar, por meio da identificação dos autores das matérias, que a cobertura do Fundeb movimentou jornalistas de diversos setores do jornal. Dessa forma, fica claro que apesar do protagonismo da editoria de Educação, a Folha de S. Paulo compreende que o assunto do “novo Fundeb” é um tema de importância estratégica que transcende a educação.

4.5 Análise sobre fontes

Uma das etapas cruciais da análise deste trabalho foi identificar as fontes citadas pelo veículo e seus posicionamentos, pois através delas foi possível observar os direcionamentos e nuances da cobertura realizada pela Folha de S. Paulo. Em vista disso, é imprescindível conhecer as fontes, pois permite a distinção dos propósitos do sujeito promotor da ocorrência, as intenções do intermediário ou do testemunho de quem fornece os dados (ALCÂNTARA, 2005). Nesse sentido, a Folha, em seu manual de redação, enfatiza que o jornalista precisa de cautela para não permitir que os interesses particulares das fontes descaracterizem o interesse jornalístico. Assim, buscou-se através deste tópico do trabalho confrontar as diretrizes de diversidade e pluralidade defendidas pelo jornal com o que de fato foi praticado em sua cobertura jornalística sobre o Fundeb.

Nesse sentido houve, primeiramente, a necessidade de destacar a delimitação teórica sobre o que se entende como fontes, diferenciando as fontes de informação e as fontes de notícias. Segundo Schmitz (2011), entende-se como fonte de notícia todo personagem que fornece informações ou sugestões de pauta ao jornalista.

Fontes de notícias são pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia (SCHMITZ, 2011, p.09).

Schmitz (2011) categoriza as fontes em: primárias ou secundárias e nos grupos: oficial, empresarial, institucional, popular, notável, testemunhal, especializada e referencial. A fonte primária é aquela que fornece diretamente fatos, versões e números que podem ser confrontados posteriormente. Fontes secundárias são as que contextualizam, interpretam e analisam informações já divulgadas para repercutir seus desdobramentos e fazer previsões. Na categorização de grupos, o autor classifica como fontes oficiais aquelas pessoas que se pronunciam em nome de órgãos mantidos pelo Estado, a partir dos cargos que exercem; empresariais são aquelas que representam uma corporação da indústria, comércio, serviços ou do agronegócio; institucional, a que representa uma organização sem fins lucrativos ou grupo social; popular, geralmente uma pessoa comum, que se manifesta por si mesmo, não por uma organização ou grupo social; testemunhal, que funciona como álibi para a imprensa, pois representa aquilo que viu ou ouviu; notável, que corresponde a indivíduos com prestígio a partir do seu talento ou fama; especializada, pessoa de notório saber específico o (especialista, perito, intelectual) detentor de um conhecimento que geralmente está relacionado a uma profissão, especialidade ou área de atuação; e de referência, que se aplica a toda bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta (SCHMITZ, 2011, p.25).

Para dar conta da análise das fontes ouvidas pelo jornal Folha de S. Paulo na cobertura do “novo Fundeb”, no período analisado, foi construída uma tabela identificando todas as fontes citadas em cada uma das 54 matérias selecionadas para este trabalho, chegando-se ao total de 60 fontes citadas. Logo após esse levantamento, foi construída uma segunda tabela, organizando as fontes por função e sua classificação, de acordo com a tipificação proposta por Schmitz (2011). O resultado pode ser observado no Quadro 2 do Apêndice B.

As fontes assumem um papel primordial na análise da cobertura do veículo. Além de contribuírem na apuração da notícia pelo repórter, as fontes também têm a capacidade de oferecer conteúdo jornalísticos, seja por um sistema de assessoria de imprensa ou até mesmo por meio de declarações que se tornam pautas (SCHMITZ, 2011, p.05,).

Ainda segundo o autor, as fontes, por interesses próprios, podem, por meio de *releases* ou declarações, informar à sociedade suas ações e posicionamentos sobre determinados assuntos. Dessa forma, cabe ao jornalista, responsável pelo processo de apuração e checagem, determinar ao público se o que a fonte tem para ofertar é de interesse público ou não (SCHMITZ, 2011, p.14,). Tal processo de filtragem, conhecido na prática jornalística como *gatekeeping*, assume um papel fundamental na cobertura do jornal sobre o novo Fundeb.

Ao se debruçar sobre o teor das matérias selecionadas, identificando suas fontes e temas, o autor deste trabalho observou o papel de relevância que as fontes ouvidas pela Folha de S. Paulo assumem na prática jornalística do veículo. Nota-se que em boa parte da cobertura, a prática noticiosa manifesta a realização de um jornalismo onde os personagens e suas movimentações são o centro do teor das matérias. Ou seja, as declarações, opiniões e posicionamentos das fontes ouvidas pelo jornal pautam, em certa medida, a cobertura noticiosa sobre a discussão em torno da PEC do Fundeb.

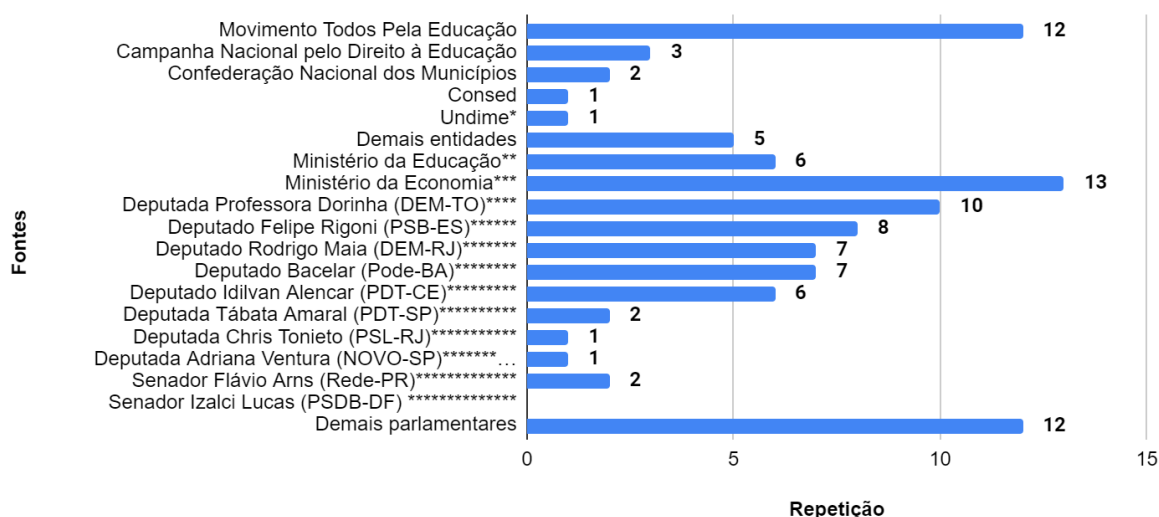
Primeiramente, faz-se necessário pontuar que foi feita uma separação entre as fontes parlamentares, citando nomeadamente alguns e outros sendo agrupados como “demais parlamentares”. Essa distinção foi realizada no intuito de destacar aqueles deputados e senadores que desempenharam uma função direta na tramitação, complementação e regulamentação do texto do Fundeb na Câmara e Senado. Ao todo atuaram como doze deputados federais, dos quais oito com envolvimento direto na tramitação da PEC do Fundeb na Câmara; e sete senadores, sendo três envolvidos na tramitação da PEC 15/2015 no Senado.

Esse desbalanço de fontes entre as casas legislativas é entendida pelo protagonismo da Câmara dos Deputados frente ao Senado Federal. A discussão da renovação do Fundo aconteceu majoritariamente na Câmara, origem da PEC que desencadeou o debate sobre a renovação do Fundo. Quando o texto chegou ao Senado, houve uma comoção entre os parlamentares sobre o entendimento que a PEC necessitava de aprovação imediata, antes das eleições municipais. Dessa forma, os senadores não tiveram tempo hábil para realizar mais rodadas de discussões sobre o assunto.

Além disso, as entidades Movimento Todos Pela Educação e Campanha Nacional Pelo Direito à Educação foram dissociadas das demais associações e ongs pela relevância política e social que desempenharam na discussão da PEC. Ambas as entidades participaram ativamente do debate político e realizaram contribuições, além de sugestões ao texto. É evidente a relevância que essas duas entidades têm no campo político, sendo que ambas se dedicaram a produzir estudos e diversos materiais sobre o projeto político do novo Fundeb, além de influenciar diretamente as decisões na formulação da PEC (GLUTZ, 2011). Dessa forma,

compreende-se a necessidade de dar um tratamento diferenciado a elas no **Gráfico 4.1**, considerando seus protagonismos à frente da discussão. Mesma medida foi adotada com as entidades Consed e Undime que serão exploradas abaixo.

Gráfico 4.1 - Fontes contempladas pelo jornal Folha de S. Paulo nas matérias sobre o novo Fundeb



Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa no jornal Folha de S. Paulo no período de 2020

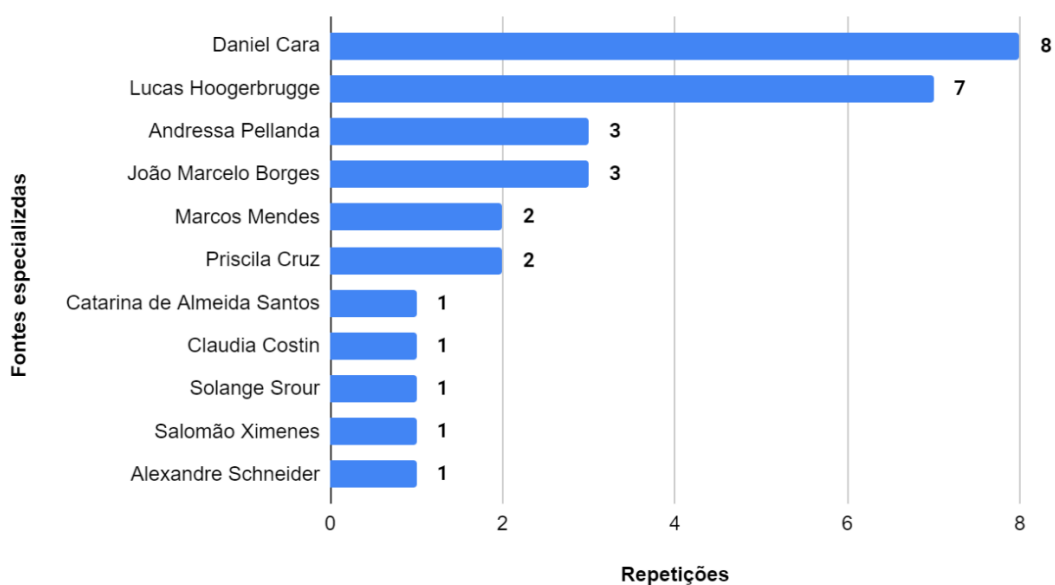
*Undime, representada pelo presidente da entidade, Luiz Miguel Garcia; **Ministério da Educação - posicionamento oficial da pasta por meio de nota, de falas dos ministros da Educação à época e do Secretário-executivo do MEC, Antônio Paulo Vogel; ***Ministério da Economia - posicionamento oficial da pasta por meio de nota, de falas do ministro Paulo Guedes e do Secretário Especial da Fazenda, Waldery Rodrigues; ****Deputada Professora Dorinha (DEM-TO), relatora da PEC do Fundeb; *****Deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), relator do projeto de regulamentação do Fundeb na Câmara; *****Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara dos Deputados; *****Deputado Bacelar (Pode-BA), presidente da comissão especial do Fundeb na Câmara de Deputados; *****Deputado Idilvan Alencar (PDT-CE), relator do projeto de lei complementar do Sistema Nacional de Educação; *****Deputada Tábata Amaral (PDT-SP), integrante da comissão de Educação da Câmara que apresentou sugestões de alteração no texto da PEC do Fundeb; *****Deputada Chris Tonieto (PSL-RJ), responsável por um pedido de vista do Fundeb; *****Deputada Adriana Ventura (NOVO-SP), responsável por um pedido de vista do Fundeb; *****Senador Flávio Arns (Rede-PR), relator da PEC do Fundeb no Senado; *****Senador Izalci Lucas (PSDB-DF), relator do projeto de regulamentação do Fundeb no Senado.

As demais entidades citadas pelo jornal foram a Organização D3D e a Fineduca - Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação. Ambas atuam na produção de dados e relatórios sobre o cenário educacional do país e buscam colaborar para o aprimoramento do debate e a qualificação do uso do conhecimento científico no desenvolvimento de políticas públicas na educação. Essas fontes foram citadas no veículo por conta da sua produção estatística sobre o contexto educacional. Cabe ressaltar também que na elaboração de projeções estatísticas, o Diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal

Independente, órgão ligado ao Senado), Felipe Salto, também foi citado pela Folha, uma única vez, sobre um estudo feito pelo órgão analisando as projeções fiscais do Fundeb. Ademais, a Central Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) também foi ouvida pela Folha através do presidente da entidade, Heleno Araújo, para comentar o reajuste do magistério público.

Vale salientar que é possível notar uma predominância de fontes oficiais a partir da observação do **Gráfico 4.1**, sendo o grupo mais ouvido pelo jornal durante a cobertura, totalizando 63 vezes. Em seguida, o grupo de fontes mais ouvidos/citados são os especialistas que vem seguido das entidades como o terceiro grupo mais referenciado pelo jornal.

Gráfico 4.2 – Fontes especializadas contempladas pelo jornal Folha de S. Paulo nas matérias sobre o novo Fundeb



Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa no jornal Folha de S. Paulo no período de 2020

Considera-se necessário destacar ainda que apesar dos especialistas serem o segundo grupo de fontes mais ouvidas pelo veículo – totalizando 30 vezes –, professores, diretores e gestores escolares não foram procurados pelo jornal para discorrer sobre o assunto. Essa exclusão é válida de ressaltar neste trabalho, tendo em vista que esses atores estão rotineiramente dentro das escolas do país vivenciando, com proximidade, as nuances e desafios que a educação pública enfrenta. Também causou estranheza o fato de a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) ter sido ouvida apenas duas vezes pelo jornal, levando em conta que os prefeitos formam a maioria dos executores do Fundo. Em um momento, a entidade foi citada pelo estudo de projeção do impacto na redução de arrecadação pelo ICMS. Em outra

ocasião, foi ouvida para comentar o reajuste real do piso salarial do magistério, assunto em que se posicionou contrário.

A CNM atua acompanhando o Congresso Nacional em pautas que causam impacto nos municípios e fazendo articulação política junto aos parlamentares por meio da participação em audiências públicas, reuniões e mobilizações. A renovação do Fundeb é uma pauta que atinge diretamente estados e municípios, portanto compreende-se que seja indispensável a participação da entidade. Não obstante, a Frente Nacional dos Prefeitos não foi ouvida em nenhum momento pelo veículo. Além disso, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) foram ouvidos apenas uma vez cada, para comentar projeções pessimistas na redução de arrecadação.

Essas exclusões feitas pela Folha de S.Paulo retiram do debate agentes cruciais, tanto para a gestão da educação pública quanto para a formação de opinião pública sobre o tema. Portanto, pode-se afirmar que o jornal segue parcialmente suas diretrizes, anunciadas no projeto editorial e no manual de redação, sobre a diversidade e pluralidade de ideias. A exclusão de atores relevantes para a discussão do Fundeb indica a realização de uma cobertura noticiosa falha pelo veículo.

Além disso, é interessante salientar, observando o **Gráfico 4.2**, que as duas fontes especializadas mais presentes na cobertura realizada pela Folha sobre o Fundeb tratam-se de Daniel Cara e Lucas Hoogerbrugge, com aparições, respectivamente, de oito e sete vezes. Ambas as fontes possuem alinhamentos distintos sobre educação pública. Daniel Cara é membro da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação, enquanto o Lucas é membro do Movimento Todos Pela Educação. Ademais, as fontes Priscila Cruz e Andreza Pellanda também possuem envolvimento com as duas entidades citadas, entretanto são referenciadas pela Folha em uma frequência bem inferior.

Nesse sentido, observando o **Gráfico 4.1**, percebe-se que a entidade mais citada pelo jornal foi o Movimento Todos Pela Educação (MTE), com 12 repetições. Em contrapartida, a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação (CNDE) foi ouvida apenas quatro vezes. Essa discrepância pode ser entendida pelo alinhamento político do jornal com o MTE, representante dos interesses do capital privado na educação, fomentado e sustentado por bancos e empresas.

[O MTE] se materializa como organismo comprometido com as estratégias de hegemonia da classe empresarial no campo da educação, lutando para afirmar uma perspectiva restrita de formação humana para os trabalhadores brasileiros na atual configuração do capitalismo [...] Sua inserção na sociedade civil, embora definida como ‘uma aliança’ de esforços para o bem da nação, é, na verdade, uma forma inovadora de se obter consenso em torno de um projeto criado e dirigido pela classe empresarial. Nesse movimento, a responsabilidade social se afirma como referência ideológica que assegura a unidade política da ‘direita para o social’ em seu trabalho

de legitimação da sociedade capitalista e de um projeto restrito de educação para as massas (MARTINS, 2009, p. 26 apud Glutz, 2021).

Já a CNDE é uma rede composta e movida por diversos representantes da sociedade civil, como sindicatos e movimentos sociais.

[A CNDE] se constitui numa coalizão de organizações que atuam para garantir o direito à educação pública e de qualidade para todas as pessoas, por meio do exercício da política de accountability social. [...] a Campanha tem orientado comportamentos na esfera política que vêm transformando a relação Estado/sociedade e afetando a estrutura jurídico-normativa do País (Klemann & Ribeiro, 2017, p. 158 apud Glutz, 2021).

Compreendendo a composição de cada entidade, supõe-se, então, o motivo pelo qual o jornal priorizou um movimento em detrimento do outro. Não obstante, a partir do **Gráfico 4.1**, nota-se também que o Ministério da Economia foi a fonte oficial mais ouvida/citada pelo jornal, superando o Ministério da Educação (MEC), que não teve participação direta dos seus ministros à época como fontes das matérias. A pasta é apresentada nos textos da Folha apenas através de notas comentando tópicos que são questionados pelo veículo. Além disso, devido à transição de ministros durante o período de tramitação da PEC, nota-se que a pasta fica deslocada no assunto. Tal cenário é evidenciado nas tentativas do governo de atrasar as votações sob a justificativa de o chefe ministerial se inteirar sobre a discussão.

O governo Bolsonaro pediu a líderes partidários que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que renova o Fundeb não seja votada nesta segunda-feira (20) e justificou que o novo ministro da Educação, Milton Ribeiro, precisa participar das negociações. O pedido foi feito pelo ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, em encontro (COLETTA, 2020).

O jornal repercutiu o pedido do governo, que lançou a justificativa que “há de se levar em conta que o ministro da Educação tomou posse há menos de uma semana e não pode participar dos debates com profundidade” (COLETTA, 2020). Aqui, faz-se importante contextualizar que apenas no primeiro semestre do ano de 2020 o MEC passou pelas mãos de três ministros: Abraham Weintraub (2019 a 20 de junho de 2020), Carlos Alberto Decotelli (25 a 30 de junho de 2020) e Milton Ribeiro (16 de julho de 2020 a 28 de março de 2022).

A maior participação do Ministério da Economia nas matérias sobre o Fundeb (em comparação ao da Educação) pode ser entendida pelo próprio modo de tramitação da PEC do Fundeb no Legislativo, mas também pelo alinhamento da Folha ao liberalismo econômico, explícito em seus princípios editoriais. O ministério, representado pelo ministro Paulo Guedes e pelo secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, respondeu à Folha questionamentos sobre determinados trechos polêmicos. Inicialmente, foi apresentada a proposta de incluir nas verbas do Fundeb um voucher-creche, associado ao Renda Brasil, na justificativa de que não desviava a finalidade dos recursos da educação e priorizava a formação na primeira infância.

“Poderíamos dar um voucher-creche da ordem de R\$ 250 por mês, e nós eliminaríamos todo déficit de creche para essas crianças, com fortíssimo impacto no atendimento a essas famílias com crianças na faixa de 0 a 3 anos, que demandam creche e não são atendidas hoje”, afirma o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues (FOLHA DE S. PAULO, 2020).

Dentre as discussões da PEC, esse foi o ponto mais polêmico e criticado entre as fontes da Folha de S. Paulo, tanto por parlamentares quanto por especialistas, por enxergar na ação um movimento eleitoral. A deputada Professora Dorinha (DEM-TO), relatora da PEC do Fundeb, foi uma das parlamentares que expressou abertamente ao jornal suas insatisfações com essa ação. Em entrevista, ela destacou que o governo a procurou para discutir a medida e ser “a mãe do Renda Brasil”. Na mesma declaração, a deputada ainda criticou a ausência do governo em debates e a tentativa de usar verba da educação em assistência social.

Às vésperas da votação, o ministro Paulo Guedes (Economia) tentou adiar a vigência das novas regras e contrabandear, por meio do fundo, recursos para o Renda Brasil, um programa de assistência social que deverá substituir o Bolsa Família. Dorinha diz que a equipe de Guedes tentou convencê-la a abraçar o protagonismo da iniciativa. Ela critica o ministro por não se envolver no tema, tampouco se inteirar dos detalhes do texto. “Guedes não chamou para si a responsabilidade, e, quando chega dois dias antes de votar, veio o tal do Renda Brasil”, disse Dorinha à Folha. “Me chamaram para ser a mãe do Renda Brasil”. (SALDAÑA, 2020b).

Faz-se importante ressaltar que esse foi o único momento que a parlamentar direcionou críticas à atuação do governo sobre o Fundeb. Até então, a deputada tinha atuado em tom conciliador com todas as partes envolvidas na discussão. Por meio das entrevistas e citações nas matérias, percebe-se que a relatora nunca teve antes uma postura combativa contra o governo federal. As propostas e contrapropostas ao texto do Fundeb recebiam sempre respostas conciliadoras da parlamentar, cuja biografia política e jornada intrínseca à educação podem explicar seu comportamento mediador e contemporizador durante a discussão do texto.

Além de ser pedagoga e professora universitária, a deputada já atuou como secretária de Educação do Tocantins e foi eleita pelo DEM, partido que compôs a base parlamentar do governo Bolsonaro. Dessa forma, pode-se supor o motivo por não assumir uma postura mais incisiva contra as investidas do governo federal. Além disso, torna-se importante destacar que, apesar de a parlamentar ser uma das fontes mais ouvidas/citadas pela Folha, totalizando 10 vezes, nota-se que suas declarações foram recicladas pelo veículo em algumas matérias, indicando que o jornal não a procurou tantas vezes quanto as que a citou, o que exige ressalvas na interpretação dos dados quantitativos da pesquisa. Outra fonte com declarações recicladas foi o deputado Idilvan Alencar (PDT-CE).

A deputada Professora Dorinha não foi a única parlamentar a criticar abertamente ao veículo a proposta do governo Bolsonaro de associar o Renda Brasil ao Fundeb como uma ação

eleitoreira para atrair popularidade. O deputado Bacelar (Pode-BA), presidente da comissão especial do Fundeb na Câmara de Deputados, em entrevista, prestou declarações diretas e ácidas contra a postura do governo diante das suas perspectivas sobre o orçamento da educação, especialmente sobre o caso do Renda Brasil.

“Ele quer transformar o Fundeb de um fundo educacional para um fundo de assistência social. Quer comprar o voto da miséria”, critica Bacelar. “Quer que 5% [da complementação] vá para o novo Bolsa Família. Eu quero 100%, mas numa PEC de assistência social. Isso é uma PEC de educação.” Segundo ele, a ideia de que as novas regras, com distribuição de recursos via Renda Brasil, comecem a valer em 2022, ano eleitoral, tem como propósito comprar votos com o novo Bolsa Família. “A proposta da professora Dorinha é inalterável”, diz. “Quem quiser colocar a digital contra a educação do filho de um trabalhador, contra a remuneração digna para os professores brasileiros, que coloque. Vamos mostrar que a história que a educação é prioridade é mito.” Ele critica o timing do governo. “Me chama atenção uma proposta que tramita há mais de três anos, amplamente discutida, com reuniões técnicas, e o governo nunca se manifestou. A 24 horas da votação de uma emenda constitucional, vem com uma proposta fora do eixo que já se discutiu. Não é uma coisa séria” (SALDAÑA; BRANT; CARAM, 2020c).

O posicionamento do deputado não esteve restrito apenas a esse episódio. Bacelar também manifestou críticas às contrapropostas do Ministério da Economia em reduzir o percentual de repasse da União ao Fundeb.

A proposta do governo de destinar parte da complementação adicional da União ao Renda Brasil, programa que deve substituir o Bolsa Família, é para manter a população na ignorância e garantir votos ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em 2022. As declarações são do presidente da comissão especial da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do Fundeb, deputado Bacelar (Podemos-BA), em resposta à sugestão da equipe econômica de reduzir o repasse da União para o fundo, principal mecanismo de financiamento da educação básica (SALDAÑA; BRANT; CARAM, 2020).

Ao analisar a biografia do parlamentar, nota-se que Bacelar já foi secretário de Educação de Salvador (2010 - 2013), além de, durante sua carreira política, ter desenvolvido, junto a professores, uma campanha de apoio à aposentadoria diferenciada para a categoria. Portanto, percebe-se que o protagonismo desempenhado pelo deputado durante a discussão do Fundo e a primazia do jornal em trazer destaque a suas declarações estão associadas ao seu papel na discussão do Fundo e pelo seu histórico na área da educação.

Ademais, além da polêmica do Renda Brasil no Fundeb, outro assunto efervescente defendido pelo Ministério da Economia foi a tentativa de ampliar o escopo de escolas privadas sem fins lucrativos e entidades religiosas aptas a receber dinheiro do Fundeb. A proposta, que contava com apoio de parlamentares da bancada religiosa, queria que escolas privadas sem fins lucrativos de toda a educação básica (da creche ao ensino médio) pudessem receber verbas do Fundo. Na ocasião, a Folha, apontou as movimentações do ministro Paulo Guedes em tentar fortalecer a rede privada de ensino no país, elencando as propostas apresentadas pelo governo.

Esta não é a primeira iniciativa do ministro Paulo Guedes para fortalecer a rede privada de ensino no país. Proposta apresentada no fim do ano passado pelo governo desobriga o poder público de expandir sua rede de escolas em regiões com carência de vagas para alunos. O texto segue no Congresso e ainda não foi aprovado [...] Quando apresentou a proposta, o Ministério da Economia afirmou que o acesso à educação não seria precarizado, pois a ideia é permitir que os alunos acessem o ensino privado por meio de bolsas de estudo bancadas pelo governo. A medida dependeria de futura regulamentação via projeto de lei. A equipe de Guedes sustenta que, em muitos casos, o governo gastaria menos ao pagar bolsas para instituições privadas do que se optasse por construir e manter novas escolas públicas (CARAM, 2020).

Neste episódio, o deputado Idilvan Alencar (PDT-CE) concedeu à Folha um dos posicionamentos mais críticos sobre a ação, apontando que recursos públicos devem ser destinados às escolas públicas.

“Os recursos da educação são escassos, as demandas são muitas e, por isso, todos os recursos públicos devem ir para a escola pública”, diz o deputado Idilvan Alencar (PDT-CE), ex-secretário de Educação do Ceará, estado com resultados de destaque e que não têm conveniamentos. Os convênios com organizações sem fins lucrativos se tornaram uma das principais saídas para ampliar vagas de creche nos municípios, uma das maiores pressões sobre os prefeitos no campo educacional. (SALDAÑA, 2020a).

O jornal aproveita esse posicionamento para denunciar que apesar de polêmica e dividir opiniões, investidas parecidas com essa ação já vêm sendo implementadas por alguns municípios. Ressalte-se, contudo, que a crítica velada da reportagem da Folha é apenas aos convênios com organizações sem fins lucrativos que, sem citar fonte...

[...] se tornaram uma das principais saídas para ampliar vagas de creche nos municípios, uma das maiores pressões sobre os prefeitos no campo educacional. A cidade de São Paulo, por exemplo, tem 305.833 vagas em creches conveniadas (83% da rede na etapa). Por outro lado, avaliações de órgãos de controle já mostraram atendimento precário e, como a Folha tem mostrado, o modelo tem sido palco de uma indústria de irregularidades e desvios (SALDAÑA, 2020a).

Também é importante destacar neste trabalho a fonte que é apontada pelo jornal como um dos maiores protagonistas na discussão do Fundeb no Congresso, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). Na avaliação de Saldaña (2020a), o deputado foi um dos principais interlocutores e impulsionador da PEC e sua posição foi vista como fundamental para o andamento do assunto. É indubitável que devido à posição política que o parlamentar assumiu na época – presidente da Câmara dos Deputados –, Maia desempenharia um papel crucial na tramitação da PEC. Além disso, atritado com as inclinações do governo Bolsonaro em relação ao assunto, Maia não poupou críticas em suas declarações à Folha.

Porém, o caso mais notório foi sobre a falta de participação do MEC na discussão, quando Maia reclamou do distanciamento do ministro Decotelli em relação ao assunto. Tal episódio reforçou ainda mais a ausência da pasta da Educação e de seus ministros na formulação do texto da PEC. Um dos especialistas ouvidos pelo jornal, João Marcelo Borges, membro do TPE e especialista em educação do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) no Brasi, chegou a comentar que depositava confiança na participação de Rodrigo Maia no

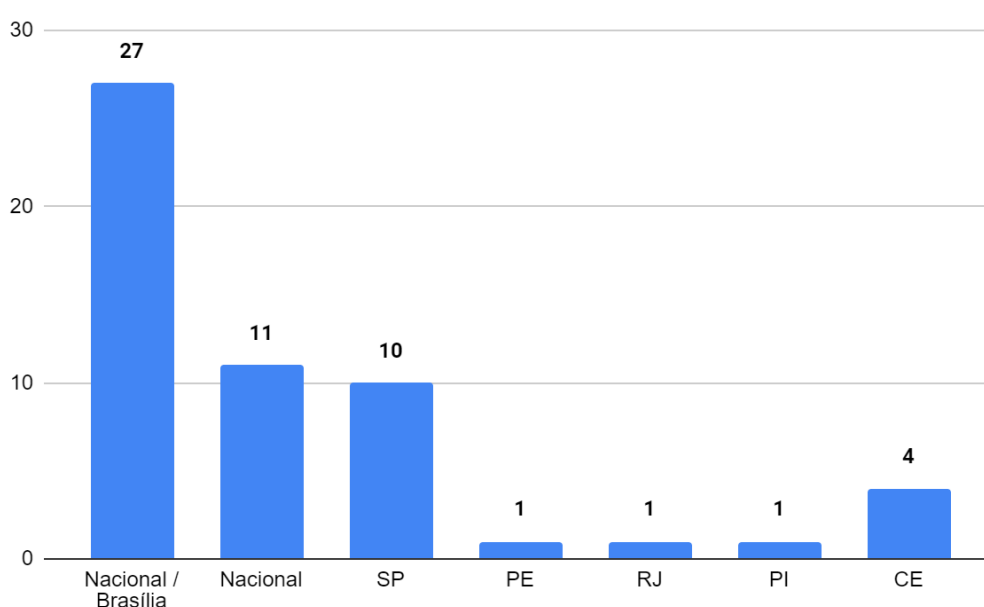
debate por acreditar em sua competência de fazer a PEC andar. Portanto, é notório um movimento dentro do jornal em atribuir relevância ao parlamentar no assunto.

Também merece destaque nesta análise que o jornal poucas vezes procurou parlamentares ou indivíduos alinhados ao governo para defender as investidas do Planalto. Apenas em uma matéria foram ouvidas duas deputadas que defendiam os interesses do governo Bolsonaro, mas mediante um gancho jornalístico, quando as deputadas Chris Tonieto (PSL-RJ) e Adriana Ventura (NOVO-SP) tentaram barrar a aprovação da PEC na Câmara. Segundo as parlamentares, o texto passou de forma corrida, algo que julgaram como insustentável de votar, pois não teria havido tempo suficiente para debate. O alinhamento delas segue o pedido do ministro Paulo Guedes que tentou, em diversos momentos, adiar a votação.

Essa ação da Folha de S.Paulo deixa em evidência o entendimento sobre a necessidade e importância da renovação do Fundo e seus impactos na educação pública. A partir da análise, nota-se que o jornal e todos os envolvidos no processo concordavam com a necessidade de renovação da PEC. Dessa forma, as objeções e discordâncias se davam apenas no campo de valores e recursos que seriam atribuídos ao novo Fundeb.

Por fim, julgou-se relevante identificar os locais que referenciam os atores citados e ouvidos pela Folha, uma vez que a diversidade de localidades expressaria a participação de múltiplas regiões na formação do debate público sobre o assunto. Além disso, levou-se em conta que o Fundo impacta diretamente estados e municípios. Nesse sentido, o **Gráfico 5** expõe a concentração geográfica das fontes que participaram da cobertura da Folha sobre o Fundeb.

Gráfico 5 - Localidade das fontes



Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa no jornal Folha de S. Paulo em 2020

Vale ressaltar que na categoria ‘nacional’ foram enquadradas as fontes que não possuem uma atuação específica em uma localidade, ou seja, aquelas que têm representação em todo território nacional. Nesse caso, enquadram-se entidades de atuação nacional ou representantes de órgãos federais. Enquanto isso, na categoria ‘nacional/Brasília’ foram incluídas as fontes que desempenham funções no âmbito nacional, porém centradas na capital federal.

A partir do **Gráfico 5**, nota-se que a cobertura do Fundeb realizada pela Folha foi orientada por uma perspectiva nacional. Dessa forma, localidades e regionalidades não estiveram em foco, sendo, portanto, enfatizado uma perspectiva “nacionalizante”. Tal ação excluiu da cobertura fontes de estados e municípios espalhados pelo país de participar da construção de uma discussão em torno do Fundo. A falta de pluralidade espacial no grupo de fontes também expõe que o assunto não foi discutido com a participação daqueles agentes que vão ser afetados diretamente pelas decisões tomadas em Brasília sobre o Fundo.

É interessante notar no **Gráfico 5** que, fora do cenário nacional, a unidade territorial mais representada na cobertura é o estado de São Paulo. É preciso comentar que esse resultado era previamente esperado, considerando que o jornal está sediado na cidade que leva o seu nome, São Paulo. Portanto, pode-se afirmar que, apesar de ser reconhecido como um veículo de referência nacional, o jornal pratica um jornalismo de proximidade ao dar ênfase a fontes dentro da sua escala local-regional. Contudo, como ressalta Aguiar (2016), o local, o regional e nacional não podem ser tratados com especialidades estanques.

Entretanto, há contradições nessa “geografia” das fontes, como por exemplo no caso da deputada Tábata Amaral (PDT-SP). Eleita pelo estado de São Paulo e reconhecida na Câmara Federal por suas pautas em defesa da educação, a parlamentar foi ouvida apenas uma vez pelo jornal durante a cobertura do “novo Fundeb”. Tal desinteresse em ouvir a fonte segue na contramão da relevância que a deputada ocupou na discussão do Fundeb na Câmara de Deputados. De acordo com o levantamento de Glutz (2021), além de contribuir na elaboração do texto da PEC – defendendo um valor de complementação da União de 15% –, a parlamentar também presidiu seções e foi uma voz reverberante nas discussões para aprovação do Fundo. A deputada já havia se notabilizado como uma voz representativa da educação após confrontar o então ministro da Educação Véliz Rodríguez (em março de 2019) sobre sua ausência de atuação na pasta. Nesse sentido, apesar do critério de proximidade e relevância parlamentar, a deputada foi negligenciada pelo jornal.

Outro caso digno de destaque é a presença do Ceará na cobertura. A Folha se empenhou em ouvir fontes desse estado devido ao escândalo de desvios de verbas do Fundeb envolvendo personagens da região (em dezembro de 2020). Nesse episódio foram ouvidos os advogados

investigados no caso e o prefeito da cidade de Alto Longá (PI), Henrique Saraiva (PSD), outro suspeito de envolvimento no escândalo. Além disso, as pessoas denunciadas no caso tinham envolvimento com parlamentares eleitos para a Câmara de Deputados, assim foi apontado pela Folha em dezembro de 2020. Dessa forma, além do tema, nota-se que o interesse noticioso da Folha foi também orientado pela lógica de relevância espacial de Brasília.

Outro estado do Nordeste a ter uma fonte citada pela Folha, uma única vez, foi Pernambuco, por meio do secretário estadual da Educação, Fred Amâncio, que também já exerceu o cargo de ministro da Educação durante o governo Temer (2016-2017). Ou seja, apesar da fonte estar inserida em uma lógica regional, o critério de relevância do jornal para ouvir a fonte citada seguiu a importância do cargo já exercido em Brasília.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o arcabouço teórico que foi levantado nos capítulos introdutórios deste trabalho, bem como as análises realizadas sobre a cobertura do “novo Fundeb”, foi possível realizar o confronto entre teoria e prática aplicada ao jornal Folha de S. Paulo na sua produção noticiosa sobre esse caso específico. Conforme visto neste trabalho, os princípios editoriais do jornal, junto com o seu manual de redação, que instrui como tratar o tema da educação, não traduzem as mesmas lógicas na elaboração de notícias e reportagens sobre o Fundeb.

Tal lógica de produção do jornal corrobora o que foi apontado no levantamento teórico deste trabalho: a cobertura de educação é dada, em geral, de forma desleixada e superficial, sem adentrar os problemas reais que assolam a área. Dessa forma, a Folha de S. Paulo, apesar do seu pioneirismo na elaboração de uma editoria exclusiva para educação e com uma redação renomada, com jornalistas que são vistos como referência na cobertura da área – Gilberto Dimenstein e Paulo Sadaña –, comete algumas falhas que seguem na contramão de uma prática jornalística especializada.

Entende-se que o jornalismo especializado tem como objetivo aprofundar-se em temas complexos e com vastas nuances, que não poderiam ser tratados como generalidades na correria do dia-a-dia das redações. Nesse sentido, a segmentação noticiosa em editorias específicas para tratar de cada tema colabora nesse aprofundamento necessário. Entretanto, foi visto neste trabalho que a Folha de S. Paulo não possui critérios bem delimitados para realizar esse agrupamento editorial, tendo matérias que tratam sobre educação vagando nos cadernos de Mercado e Cotidiano sem lógicas nítidas de agrupamento. A problemática se expande a como a cobertura da área é feita, contrariando o aprofundamento pregado na especialização jornalística, tendo em várias matérias apenas o repasse de informações da tramitação política sobre a PEC do Fundeb.

A questão mais latente na análise deste trabalho foi percebida no tratamento das fontes que confrontam o quesito de pluralidade defendido pelo jornal. Apesar de uma variedade considerável de fontes ouvidas e citadas pelo veículo, a seleção e o tratamento dessas fontes não atendem totalmente às suas relevâncias. Entidades cruciais como Undime, CNM e Consed foram ouvidas uma única vez pela Folha, evidenciando a exclusão de atores coletivos importantes dentro da discussão do Fundo. Não obstante, professores, diretores escolares e coordenadores pedagógicos foram negligenciados no grupo de fontes, sendo que esses indivíduos desempenham um papel fundamental dentro da educação básica do país.

É importante ressaltar, ainda, que a Folha de S. Paulo divide sua cobertura em dois eixos: Brasília e São Paulo. A produção noticiosa segue os desdobramentos que acontecem na

capital federal e com a inclusão de fontes especialistas que atuam na região paulista. Tal modo na realização da produção jornalística corrobora com a crítica de Monteiro e Gonçalves (2013) sobre uma parcela da cobertura de educação ser feita a partir dos processos decisórios do governo federal e ministérios.

Outras localidades do país passam quase despercebidas pelo jornal, que não adiciona pluralidade de regiões para cobrir um tema que impacta diretamente estados e municípios. Dessa forma, percebe-se uma produção noticiosa sob a lógica do jornalismo de proximidade daqueles dois eixos citados. E quando as demais regiões fora do eixo Brasília-São Paulo foram contempladas na cobertura, percebe-se que tinham ligações diretas com indivíduos dentro do xadrez político da capital federal, removendo, dessa forma, o teor regionalista da questão.

Diante das constatações deste trabalho, é lícito concluir que a cobertura do Fundeb na Folha de S. Paulo não garante o grau de profundidade e pluralismo que o assunto requer, com não somente a participação de agentes decisórios, mas que tenha também a inclusão de indivíduos que estão inseridos intrinsecamente ao contexto do Fundeb nas mais diversas localidades das esferas estaduais e municipais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, José Roberto; CASTRO, Kleber Pacheco de; ELACQUA, Gregory; MAROTTA, Luana; SOARES, Sammara. COVID-19 e financiamento da educação no Brasil: Impactos da pandemia sobre o orçamento educacional. **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**, p. 1-38, ago. 2020. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/COVID-19-e-financiamento-da-educacao-no-Brasil-Impactos-da-pandemia-sobre-o-orcamento-educacional.pdf>> Acesso em: 11 set. 2022.

AGUIAR, Sonia. Particularidades e singularidades do jornalismo local e regional. In: AGUIAR, Sonia. **Territórios do Jornalismo: Geografias da Mídia Local e Regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016, pp. 17-39.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **Educação no Brasil: guia de referência para a cobertura jornalística**. Brasília, 2009. 122 p.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. **A Educação na Imprensa Brasileira: responsabilidade e qualidade da informação**. Brasília, 2005. 180 p.

ALCÂNTARA, Norma S.; CHAPARRO, Manuel Carlos. **Fontes e jornalistas, razões de ser e agir**. Observatório da Imprensa, ed. 339, mai. 2005. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/fontes-e-jornalistas-razoes-de-ser-e-agir/>> Acesso em: 03 nov.2022.

ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS DE EDUCAÇÃO. **Educação em pauta nas redações: A cobertura jornalística da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2018.

BARBOSA, Diana; AVANCINI, Marta; PRAGITA, Miriam. **Mídia e educação: uma análise da cobertura jornalística entre 2016 e 2017**. Brasília: UNESCO Brasília, 2021. 60 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2015.

BINI, Renan.; OLIVEIRA, Kássia. P. B. O Jornalismo especializado na área educacional como instrumento de informatividade e de incentivo à formação continuada. **Temática**, v. 13 n. 4, p.272-288, abril de 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/33891>> Acesso em: 08 set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 30 out. 2022.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CARAM, Bernardo. PEC de Guedes desobriga o poder público de construir escolas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 jul. 2020. Economia, Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/pec-de-bolsonaro-e-guedes-desobriga-poder-publico-de-construir-escolas.shtml>> Acesso em: 12 mar. 2023.

CARVALHO, Fabrício A. F. **Financiamento da educação: do Fundef ao Fundeb – repercussões da política de fundos na valorização docente na rede estadual do Pará – 1996 a 2009**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 267 p. 2012.

COLETTA, Ricardo Della. Governo pede adiamento de votação do Fundeb para novo ministro participar de negociação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 jul. 2020. Educação, Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/governo-pede-adiamento-de-votacao-do-fundeb-para-novo-ministro-participar-de-negociacao.shtml>> Acesso em: 12 mar. 2023.

COM RECURSOS do Fundeb, governo propôs até R\$ 8 bi por ano no Renda Brasil fora do teto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 jul. 2022. Educação, Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/com-recursos-do-fundeb-governo-quer-usar-ate-r-8-bi-por-ano-no-renda-brasil-fora-do-teto.shtml>> Acesso em: 13 mar. 2023.

CRUZ, P.; MONTEIRO, L. (Org.). **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Moderna, 2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2022.

CRIPA, Marcos Luiz. **A Cobertura de Educação no jornal Folha de S.Paulo**: Uma análise comparativa dos anos 1973 e 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 189 p. 2007.

DUARTE, Márcia Yukiko Matsuuchi. **Estudo de Caso**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.) Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

FEITOZA, Liliane N. **Relevância jornalística**: análise e teste de ferramenta para fins de avaliação de qualidade e accountability. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 198 p. 2016.

FEITOZA, Liliane N. S. **Por um tratado da relevância jornalística**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 309 p. 2021.

GUIMARÃES, José Luiz. Do FUNDEF ao FUNDEB: uma breve reflexão sobre as recentes mudanças no financiamento da educação brasileira. In: PALMA FILHO, J.C. (org.). **Legislação educacional**, v. 1 – Cadernos de Formação – Projeto Institucional Pedagogia Cidadã. São Paulo: UNESP/ Páginas & Letras, 2005. 97p.

GLUZ, M. P. O Novo Fundeb é uma vitória? Análise das disputas políticas pelo projeto do Novo Fundeb. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 11, n.10, p. 1-19, maio de 2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/110856/61675>> Acesso em: 16 set. 2022.

JORNALISMO profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância: documento atualiza compromissos da Folha em uma era de mudança de hábitos dos leitores. **Folha de S. Paulo**,

São Paulo, 2019. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml>> Acesso em: 24 mar. 2022.

MONTEIRO, Gabriel Ferreira; GONÇALVES, Gean Oliveira. **Educar ou informar: dilemas do jornalismo educacional nos jornais de São Paulo**. In: Pesquisa e Extensão da Universidade Mackenzie, 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/storage/24/3743393/1667935361/Z9k8SYKGjHt8p3i_yHog/3743393.pdf> Acesso em: 9 out. 2022.

ROSA, Liane Serra da; MACKEDANZ, Luiz Fernando. A ANÁLISE TEMÁTICA COMO METODOLOGIA NA PESQUISA QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S.l.], v. 16, p. e8574, abr. 2021. ISSN 1809-0354. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8574>>. Acesso em: 22 mar. 2023.

SALDAÑA, Paulo. Proposta de custear escola privada com Fundeb favorece cidades ricas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 jul. 2020a. Educação, Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/11/proposta-de-custear-escola-privada-com-fundeb-favorece-cidades-ricas.shtml>> Acesso em: 10 mar. 2023.

SALDAÑA, Paulo. 'Me chamaram para ser a mãe do Renda Brasil', diz relatora do Fundeb. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 jul. 2020b. Economia, Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/me-chamaram-para-ser-a-mae-do-renda-brasil-diz-relatora-do-fundeb.shtml>> Acesso em: 12 mar. 2023.

SALDAÑA, Paulo; BRANT, Danielle; CARAM, Bernardo. Proposta do governo para Fundeb é para comprar voto em 2022, diz presidente de comissão da PEC. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 jul. 2020c. Educação, Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/proposta-do-governo-para-fundeb-e-para-comprar-voto-em-2022-diz-presidente-de-comissao-da-pec.shtml>> Acesso em: 10 mar. 2023.

SALDAÑA, Paulo; BRANT, Danielle; CARAM, Bernardo. Governo tenta adiar Fundeb para 2022 e quer dividir recurso com Renda Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jul. 2020d. Educação, Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/governo-tenta-adiar-fundeb-para-2022-e-quer-dividir-recurso-com-renda-brasil.shtml>> Acesso em: 11 mar. 2023.

SCHMITZ, Aldo Antônio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes jornalísticas**. Florianópolis: Combook, 2011.

SEIBEL, E. J. **Metodologia para pesquisa hemerográfica**. Disponível em: <<http://nipp.ufsc.br/pesquisas/tecnicas-de-pesquisa-nipp/pesquisa-hemerografica/>> Acesso em: 25 out.2022

SENNE, Fábio. Mídia e educação: a cobertura jornalística em foco. **ComCiência**. Campinas, n.111, 2009. Disponível em: <http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542009000700011&lng=pt&nrm=is&tlng=pt> Acesso em: 10 set.2022

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 abr. 2023.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O jornalismo especializado e a especialização periodística. **Estudos em Comunicação**, Curitiba, v. 5, n. 1, p.115-133, maio 2009. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>> Acesso em: 11 out.2022.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. A especialização jornalística como teoria e objeto: contornos e limites. **Comunicação Midiática**. Curitiba, v. 7, n. 1, p. 96-116, jan./abr. 2012. Disponível em: <<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/302/301>> Acesso em: 03 mar. 2023.

PEREIRA, Francisca Rodrigues. **Jornalismo e Educação: Um estudo da cobertura da Folha de S. Paulo sobre a educação no Brasil**. 113 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2009.

APÊNDICE A

Quadro 1 - Quadro sinóptico das matérias sobre o Fundeb publicadas no jornal Folha de S.Paulo no ano 2020

Nº	Data	Título	Autor	Editoria
1	17.dez.2019	Veja perguntas e respostas sobre o Fundeb	Paulo Saldaña	Educação
2	17.dez.2019	Prevista para este ano, decisão sobre Fundeb atrasa e agrada governo federal	Paulo Saldaña	Educação
3	9.jan.2020	Weintraub quer começar do zero trâmite do Fundeb no Congresso com proposta do governo	Paulo Saldaña	Educação
4	18.fev.2020	Após acordo com Maia, texto do Fundeb dobra complementação da União e prevê repasse por resultado	Paulo Saldaña	Educação
5	27.fev.2020	Partidos são uma barreira para renovação da democracia, diz Tabata	Paulo Saldaña, da Folha. Guilherme Mazieiro, do UOL	Política
6	4.mar.2020	Novo texto do Fundeb exige mais dinheiro novo no fundo, mas alivia impacto para União	Paulo Saldaña	Cotidiano
7	10.mar.2020	Repasse maior para educação terá de ser compensado, diz equipe econômica	Bernardo Caram e Paulo Saldaña	Educação
8	12.mar.2020	Viabilizar o Fundeb	Editorial	Opinião
9	16.mar.2020	Novo Fundeb ampliaria em 34% cidades com verba extra	Paulo Saldaña	Educação
10	13.jun.2020	Queda de arrecadação e falta de apoio emergencial empurram educação para colapso	Paulo Saldaña	Educação
11	21.jun.2020	Reação a efeitos da pandemia na educação é principal desafio de próximo ministro	Paulo Saldaña	Educação
12	25.jun.2020	Anúncio de novo ministro da Educação é visto com ceticismo e esperança de moderação	Emilio Sant'Anna, Isabella Macedo e Danielle Brant	Educação
13	5.jul.2020	Gasto federal em educação cai desde 2016 e pressiona estados e municípios	Paulo Saldaña	Educação
14	7.jul.2020	Ausência de ministro da Educação trava definição de data do Enem	Paulo Saldaña	Educação
15	18.jul.2020	Governo tenta adiar Fundeb para 2022 e quer dividir recurso com Renda Brasil	Paulo Saldaña, Danielle Brant e Bernardo Caram	Educação

16	19.jul.2020	Proposta do governo para Fundeb é para comprar voto em 2022, diz presidente de comissão da PEC	Paulo Saldaña, Danielle Brant e Bernardo Caram	Educação
17	20.jul.2020	Governo quer R\$ 6 bilhões do Fundeb para bancar 'voucher-creche' no setor privado	Bernardo Caram e Danielle Brant	Educação
18	20.jul.2020	Governo pede adiamento de votação do Fundeb para novo ministro participar de negociação	Ricardo Della Coletta	Educação
19	20.jul.2020	Guedes quer o Congresso cúmplice de uma pedalada fiscal	Alexandre Schneider	Educação
20	20.jul.2020	Maia critica proposta do governo que transfere recursos do Fundeb para Renda Brasil	Danielle Brant	Mercado
21	20.jul.2020	Governo propõe Fundeb com 23% de complementação, mas 5% para educação infantil	Paulo Saldaña , Danielle Brant , Julia Chaib e Gustavo Uribe	Educação
22	20.jul.2020	Com recursos do Fundeb, governo propôs até R\$ 8 bi por ano no Renda Brasil fora do teto	Thiago Resende , Bernardo Caram , Danielle Brant , Gustavo Uribe , Paulo Saldaña e Eduardo Cucolo	Mercado
23	20.jul.2020	Babel do Fundeb	Editorial	Opinião
24	21.jul.2020	O que está em jogo na discussão sobre o Fundeb; ouça podcast	Magê Flores, Maurício Meireles, Jéssica Maes e Renan Sukevicius	Podcast
25	21.jul.2020	Novo Fundeb agravará a crise de estados e municípios	Marcos Lisboa e Marcos Mendes	Mercado
26	21.jul.2020	O que é o Fundeb? Entenda como funciona o fundo para a educação	Isabela Palhares	Educação
27	21.jul.2020	Governo fecha acordo do Fundeb em troca de apoio para criar o Renda Brasil	Danielle Brant , Gustavo Uribe , Julia Chaib , Julio Wiziack , Paulo Saldaña , Ricardo Della Coletta e Thiago Resende	Educação
28	21.jul.2020	Após recuo do governo, Câmara aprova Fundeb com mais recursos da União	Paulo Saldaña, Danielle Brant e Isabella Macedo	Educação
39	22.jul.2020	Depois de tentar desidratar texto, governo comemora aprovação do Fundeb	Ricardo Della Coletta	Educação

30	22.jul.2020	Relator do Fundeb no Senado vai manter projeto aprovado na Câmara	Iara Lemos	Educação
31	23.jul.2020	Me chamaram para ser a mãe do Renda Brasil', diz relatora do Fundeb	Paulo Saldaña	Educação
32	26.jul.2020	Novo Fundeb vai tirar 46% das cidades de condição de subfinanciamento	Paulo Saldaña	Educação
33	17.ago.2020	Escola precária não vai garantir educação de qualidade em escala, diz Daniel Cara	Paulo Saldaña	Educação
34	18.ago.2020	STF veta pagar aposentadorias com recurso da educação, e decisão afeta debate do Fundeb	Paulo Saldaña	Educação
35	25.ago.2020	Congresso conclui votação do Fundeb e texto vai à promulgação	Paulo Saldaña e Iara Lemos	Educação
36	26.ago.2020	Congresso promulga Fundeb e já discute regulamentação e Sistema Nacional de Educação	Paulo Saldaña	Educação
37	20.set.2020	Governo propõe usar recursos de precatórios e Fundeb para bancar novo programa social	Bernardo Caram , Daniel Carvalho , Thiago Resende , Fábio Pupo e Julio Wiziack	Mercado
38	12.out.2020	Igrejas e instituições filantrópicas pressionam Congresso para ampliar o uso do Fundeb	Danielle Brant e Gustavo Uribe	Educação
39	19.out.2020	Governo Bolsonaro quer acabar com aumento real de piso salarial de professor	Paulo Saldaña	Educação
40	30.out.2020	Regulamentação do Fundeb não deve alterar piso salarial dos professores como quer governo	Paulo Saldaña	Educação
41	10.nov.2020	Proposta de custear escola privada com Fundeb favorece cidades ricas	Paulo Saldaña	Educação
42	12.nov.2020	PGR entra com ação no STF para impedir Doria de usar dinheiro da educação com aposentados	Isabela Palhares e Paulo Saldaña	Educação
43	16.nov.2020	Texto do Fundeb não atende o governo e mantém restrições para escolas privadas	Paulo Saldaña	Educação
44	7.dez.2020	Sem regulamentação do Fundeb, 1.500 cidades podem perder R\$ 3 bi em 2021	Isabela Palhares	Educação
45	10.dez.2020	Câmara inclui escolas religiosas entre beneficiadas pelo Fundeb	Thiago Resende	Educação
46	11.dez.2020	O que muda com o novo Fundeb aprovado na Câmara?	Danielle Brant e Isabela Palhares	Educação

47	13.dez.2020	Dinheiro da educação para cidades pobres, R\$ 332 mi do Fundeb vão parar na mão de advogados	Ranier Bragon e Vinicius Sassine	Educação
48	13.dez.2020	Novo Fundeb torna a educação pública mais plural	Regina Esteves , Adriano Naves de Brito e Fernando Schüler	Educação
49	14.dez.2020	Projeto da Câmara com regras do Fundeb pode tirar até R\$ 12,8 bi de escolas públicas	Raquel Lopes	Educação
50	15.dez.2020	Escritório de Ibaneis tem condenação por desvio do Fundeb e é ligado a campeão de honorários indevidos	Ranier Bragon e Vinicius Sassine	Cotidiano
51	15.dez.2020	Senado rejeita proposta que repassava recursos do Fundeb para escolas ligadas a igrejas	Renato Machado	Educação
52	17.dez.2020	Câmara recua, e escolas ligadas a igrejas ficam sem mais recursos do Fundeb	Thiago Resende e Danielle Brant	Educação
53	18.dez.2020	Dinheiro do Fundeb foi usado para asfalto, reforma de praça e compra de carros de luxo	Vinicius Sassine e Ranier Bragon	Educação
54	25.dez.2020	Bolsonaro sanciona lei que regulamenta repasses do Fundeb a partir de 2021	Vinicius Sassine	Educação

Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa no jornal Folha de S.Paulo no período de 2020

APÊNDICE B

Quadro 2 - Quadro sinóptico das fontes presentes nas matérias sobre o Fundeb

Fontes	Função/ autoridade/ competência	Classificação
Jair Bolsonaro	Presidente da República	Primária e oficial
Ministro Edson Fachin	Ministro do Supremo Tribunal Federal citado pelo veículo no caso do julgamento para impedir o pagamento de aposentadorias com verbas do Fundeb pelo Estado de São Paulo	Primária e oficial
Ministério da Educação	Pasta ministerial	Primária e oficial
Abraham Weintraub	Ministro da Educação (2019 - jun. 2020)	Primária e oficial
Antonio Paulo Vogel	Secretário-executivo do Ministério da Educação	Secundária e oficial
Ministério da Economia	Pasta ministerial	Primária e oficial
Paulo Guedes	Ministro da Economia	Primária e oficial
Waldery Rodrigues	Secretário Especial da Fazenda	Primária/secundária e oficial
Luiz Eduardo Ramos	Ministro da Secretaria de Governo e articulador político do governo Bolsonaro	Primária/secundária e oficial
Governo Federal	Posicionamento oficial do Governo Federal	Primária e oficial
Deputada Professora Dorinha (DEM-TO)	Relatora da PEC do Fundeb na Câmara dos Deputados	Primária/secundária e oficial
Deputado Felipe Rigoni (PSB-ES)	Relator do projeto de regulamentação do Fundeb na Câmara dos Deputados	Secundária e oficial
Deputado Bacelar (Pode-BA)	Presidente da Comissão Especial do Fundeb na Câmara de Deputados	Secundária e oficial
Deputado Idilvan Alencar (PDT-CE)	Relator do projeto de lei complementar do Sistema Nacional de Educação e ex-Secretário de Educação do Ceará	Secundária e oficial
Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)	Presidente da Câmara dos Deputados	Primária/secundária e oficial
Deputada Tábata Amaral (PDT-SP)	Integrante da comissão de Educação da Câmara que realizou sugestões de alteração no texto da PEC do Fundeb	Primária/secundária e oficial
Deputada Chris Tonieto (PSL-RJ)	Deputada responsável por um pedido de vista do Fundeb	Secundária e oficial
Deputada Adriana Ventura (NOVO-SP)	Deputada responsável por um pedido de vista do Fundeb	Secundária e oficial
Deputado Ricardo Barros (PP-PR)	Líder do governo na Câmara ouvido pela Folha sobre destinação de verbas para igrejas e instituições filantrópicas	Secundária e oficial
Deputado Giovani Cherini (PL-RS)	Representante da liderança do Governo na Câmara que defendeu o Planalto em críticas de demais parlamentares	Secundária e oficial

Deputada Professora Dayane Pimentel (PSL-BA).	Parlamentar da base aliada do Governo ouvida pela Folha para comentar sobre a votação da PEC do Fundeb	Secundária e oficial
Deputada Sâmia Bomfim (PSOL- SP)	Líder do partido PSOL na Câmara comenta à Folha a aprovação do novo Fundeb	Secundária e oficial
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	Parlamentar que estava mobilizando senadores para protocolar uma emenda que busca permitir o pagamento de aposentadorias como verbas do Fundeb	Secundária e oficial
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	Presidente do Senado	Secundária e oficial
Senador Flávio Arns (Rede-PR)	Relator da PEC do Fundeb no Senado	Primária/secundária e oficial
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF)	Relator do projeto de regulamentação do Fundeb no Senado	Secundária e oficial
Senador Márcio Bittar (MDB-AC)	Relator do orçamento de 2021 ouvido pela Folha sobre manejo orçamentário para financiar o Renda Brasil	Secundária e oficial
Senadora Simone Tebet (MDB-MS)	Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado comenta à Folha a aprovação do novo Fundeb	Secundária e oficial
Senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP)	Líder do partido Rede comenta à Folha sobre a aprovação do novo Fundeb	Secundária e oficial
Felipe Salto	Diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente, órgão ligado ao Senado)	Secundária e institucional
Movimento Todos Pela Educação	Entidade sem fins lucrativos com o objetivo de aprimorar a qualidade da educação básica no Brasil	Primária e institucional
Priscila Cruz	Especialista em educação básica e presidente do Movimento Todos Pela Educação	Secundária e especializada
João Marcelo Borges	Pesquisador do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais da FGV e diretor de Estratégia Política do Movimento Todos Pela Educação	Secundária e especializada
Lucas Hoogerbrugge	Atuou na coordenação de políticas educacionais na Secretaria Estadual da Educação do Ceará (2014-2016); exerceu cargo no Ministério da Educação (2016-2017); Gerente de Estratégia Política do Movimento Todos Pela Educação	Secundária e especializada
Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Entidade a favor da defesa e promoção dos direitos educacionais.	Primária e institucional
Daniel Cara	Professor da faculdade de Educação da USP, cientista político e coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Secundária e especializada
Andressa Pellanda	Cientista político, integrante da Rede de Ativistas pela Educação do Fundo Malala e coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Secundária e especializada

Organização D3E	A associação civil sem fins lucrativos. Os dados para um Debate Democrático na Educação (D3E) colabora para o aprimoramento do debate educacional e a qualificação do uso do conhecimento científico no desenvolvimento de políticas públicas, contribuindo para a promoção de uma educação equitativa e de qualidade no Brasil.	Secundária e institucional
Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação)	Associação que tem como objetivo contribuir para que os poderes públicos garantam a realização do direito à educação pública.	Primária e institucional
Governo do Estado de São Paulo	Posicionamento oficial do Governo do Estado	Secundária e oficial
Rossieli Soares	Secretário de Educação de São Paulo e ex-ministro da Educação do governo Michel Temer	Secundária e oficial
Elida Graziane	Procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo que investiga o pagamento de aposentadorias no estado com recursos do Fundeb; Especialista em finanças públicas	Secundária e oficial
Fred Amancio	Secretário de Educação do Estado de Pernambuco	Secundária e oficial
Confederação Nacional dos Municípios (CNM)	Entidade com objetivo de fomentar a representação municipal, a partir de iniciativas políticas e técnicas que visem à excelência na gestão e à qualidade de vida da população.	Secundária e institucional
Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)	Reúne as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. Entre suas finalidades está a participação dos estados na construção das políticas nacionais.	Secundária e institucional
Luiz Miguel Garcia	Presidente da Undime, órgão que agrega secretários municipais de Educação	Secundária e institucional
Heleno Araújo	Presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação)	Secundária e institucional
Catarina de Almeida Santos	Professora da UNB e membro da Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Secundária e especializada
Claudia Costin	Diretora do Centro de Políticas Educacionais, da FGV, ex-diretora de educação do Banco Mundial e colunista da Folha	Secundária e especializada
Marcos Mendes	Professor do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa), especialista em contas públicas e colunista da Folha	Secundária e especializada
Solange Srouf	Economista-chefe da gestora ARX Investimentos e colunista da Folha	Secundária e especializada
Salomão Ximenes	Professor Adjunto do Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC	Secundária e especializada
Alexandre Schneider	Pesquisador visitante e professor visitante na Universidade Columbia, além de consultor e ex-secretário municipal de Educação de São Paulo.	Secundária e especializada
Fernando Abrucio	Cientista político e professor universitário na FGV	Secundária e individual

João Ulisses Azêdo	Advogado suspeito de ser pago com dinheiro do Fundeb	Secundária e individual
Thales Catunda de Castro	Advogado suspeito de ser pago com dinheiro do Fundeb	Secundária e individual
Zuellington Queiroga Freire	Advogado suspeito de ser pago com dinheiro do Fundeb	Secundária e individual
José Irineu de Carvalho	Advogado suspeito de ser pago com dinheiro do Fundeb	Secundária e individual
Assessoria do prefeito Henrique Saraiva (PSD)	Prefeito de Alto Longá (PI) envolvido em caso de desvio das verbas do Fundeb	Secundária e oficial

Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa no jornal Folha de S.Paulo em 2020